

Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano I - n.º 7 - novembro - 2010

ACESSIBILIDADE

Os esforços da Justiça Federal da Primeira Região para garantir o acesso irrestrito das pessoas com deficiência em um país cercado de leis sobre o tema



AMPLIAÇÃO

Primeira Região conta com mais seis novas varas federais



MUDANÇAS

Novo Regimento Interno ganha versão impressa



O TRF 1.ª Região diz
NÃO
ao desperdício
de água



* Meta n.º 6 do CNJ, que estabelece aos tribunais a redução, a pelo menos 2%, do consumo *per capita* de água.

Ao leitor

Acessibilidade tem sido tema recorrente na agenda de instituições públicas e privadas, que se têm mobilizado para dar cumprimento à legislação que trata do tema, entre elas o Decreto-Lei 5296, de 2 de dezembro de 2004, que define regras gerais para a promoção do acesso de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida aos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, às edificações, aos serviços de transporte e aos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, de forma autônoma e com segurança. A Primeira Região em Revista de novembro traz uma visão geral do tema, capa desta edição, e mostra como o Tribunal vem lidando com a questão.

Outro destaque deste mês é a realização do mutirão Judiciário em Dia, sob a coordenação da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. A iniciativa pretende baixar cerca de 57 mil processos pendentes de julgamento, autuados até o ano de 2006, num prazo de seis meses. O trabalho, em curso no TRF de São Paulo, chega ao TRF da Primeira Região, em Brasília.

Dentro dessa linha, chama a atenção um trabalho desenvolvido por dirigentes do Tribunal, em andamento: o mutirão da Coordenadoria de Recursos (Corec), que está catalogando, por assunto, cerca de 20 mil processos sobrestados, o que permitirá maior controle do acervo e mais celeridade do trâmite.

Somados a todos esses esforços para a entrega efetiva da prestação jurisdicional, o TRF ampliou o acesso à Justiça Federal no interior da Primeira Região ao instalar outras seis varas federais neste mês.

Novembro também foi o mês do início da semana da conciliação, movimento capitaneado pelo Conselho Nacional de Justiça, que reúne todo o Judiciário brasileiro em torno da pacificação social por meio da conciliação. O tema deste ano foi “conciliando a gente se entende”. Você vai acompanhar os números da Primeira Região e a avaliação do coordenador do projeto na Primeira Região, desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca, nosso entrevistado do mês.

Ao folhear a revista, você encontrará o que foi notícia na Justiça Federal da Primeira Região, decisões de destaque, o artigo do jurista Yves Gandra, notícia sobre a versão impressa do regimento interno do Tribunal e as principais alterações no documento, e muito mais.

Boa leitura.

Ivani Morais

Chefe da Assessoria de Comunicação Social do TRF/ 1.ª Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Geral

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUSETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
ITALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
FAGUNDES DE DEUS
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES

Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Secretário-geral da Presidência – Joseny Marques Freire
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes
(Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal, Marcela Correia
(Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção Audiovisual, Etiene Gomes de
Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa, Marília Maciel Costa.

Editora-Chefe

Ivani Moraes

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores:

Adriana Carvalho, Alessandra de Castro (Reg. Prof. DF 7483),
Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Euvaldo Pinho, Gilbson
Alencar (Reg. Prof. DF3658/JF), Juliana Corrêa (Reg. Prof. DF
7261), Leonardo Costa, Mara Bessa, Marcela Correia (Reg. Prof.
DF 6672), Márcia Murça Barroso, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF
3026) e Sônia Martins

Estagiários:

Clara Shiratore, Lécio Luiz, Paula Oda e Raissa Capibaribe

Colaboração:

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções
Judiciárias da 1ª Região

Revisão:

Márcia Murça Barroso

Projeto Gráfico e editoração:

Jordânia J. Alves

Fotos:

Brito Júnior, Euvaldo Pinho, Leonardo Costa, Luiz C. B. Xavier,
Mauro Putini, Saulo Cruz e Secos da 1ª Região

Fotolitos:

Empresa Ryobi Gráfica e Editora

Impressão:

Gráfica do TRF da 1ª Região

Tiragem:

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1ª Região

Contato:

primeireregiaoemrevista@trf1.jus.br



12 | Capa

Accesibilidade: Pessoas com deficiência enfrentam obstáculos diários para tentar levar uma vida normal em sociedade

Acesse www.trf1.jus.br

Acesse

-  Portal do TRF1
-  e-Cint
Sistema de Citação e Intimação Eletrônica
-  Consulta Processual
Consulta processual da Primeira Região
-  e-Proc
Sistema de Peticionamento Eletrônico

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



SALVO CRUZ

34 Painel

Tribunal descarta mais de quatro toneladas de papel



EVALDO PINHO

52 Por aí

Mônaco: rota do charme e da velocidade na Formula 1



WWW.GUANDANUTRICO.COM

60 Saúde

Doação de medula óssea: mitos e verdades

6 Entrevista

Coordenador do Projeto de Conciliação da Primeira Região, desembargador Reynaldo Fonseca, avalia a 5.ª edição da campanha e celebra os mais de 6 mil acordos celebrados pela solução pacífica dos conflitos

18 Boas Práticas

Projeto Cidadania Rural Itinerante: linguagem simples e moda de viola garantem sucesso da iniciativa

40 "Judiciário em dia"

Parceria com o CNJ para julgar cerca de 57 mil processos no Tribunal

44 Panorama Primeira Região

Acompanhe os principais acontecimentos nas Seções e Subseções Judiciárias

48 Artigo

O imposto sobre grandes fortunas
Por Ives Gandra Martins, professor emérito da EsmaF 1.ª Região

58 Comportamento

Servir, além de ser servidor público
Por Shirley Pontes



Reynaldo Fonseca comemora os resultados da quinta edição da Semana de Conciliação

▣ GILBSON ALENCAR

O coordenador do projeto de Conciliação da Primeira Região, desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca, afirma nesta entrevista que o trabalho do Tribunal, dos juízes e dos servidores na quinta edição da Semana Nacional de Conciliação foi efetivo, comprometido e obteve resultados expressivos. “O saldo é muito positivo”, declara o magistrado. Ele é um defensor dessa técnica alternativa de composição de conflitos e diz que a conciliação encontra suporte na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

Na análise de Reynaldo, quando o Judiciário opta pela conciliação não quer com isso apenas desafogar as “prateleiras” amontoadas de processos, mas também implementar a pacificação social. Para o desembargador, o exercício da jurisdição como atividade substitutiva do Estado resolve o litígio, porém não elimina o conflito subjetivo entre as partes. “Há sempre vencedor e vencido, nos termos da lei aplicada pelo Estado”, afirma.

O magistrado traz os números da Primeira Região durante as cinco edições da Semana de Conciliação e garante que a prática conciliatória já é parte da cultura da Justiça Federal. Ele aborda, ainda, as dificuldades enfrentadas durante as atividades de composição de conflitos e ressalta que tais percalços não são apenas geográficos, mas também de infraestrutura, de pessoal e de orçamento. Confira, nas próximas páginas, a íntegra das opiniões e análises do desembargador federal Reynaldo Fonseca sobre a conciliação.

“ É preciso lutar por um cultura da conciliação, como a primeira e melhor técnica para solução das controvérsias ”

O senhor sempre acompanhou o movimento pela conciliação na Primeira Região. A técnica alternativa da conciliação encontra, efetivamente, suporte na ordem jurídica? Já há uma cultura da conciliação no Judiciário Federal da Primeira Região?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, no preâmbulo da Constituição de 1988, há o compromisso da sociedade brasileira “na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.” Logo, a opção pela composição dos conflitos via conciliação encontra amparo na Carta Política Nacional e também na legislação infraconstitucional (Código de Processo Civil, por exemplo). E tal opção, quanto aos conflitos jurisdicionalizados, não objetiva apenas desafogar o Judiciário, limpar as prateleiras, etc. Pretende, na verdade, encontrar a melhor solução para os conflitos apresentados à Justiça, procurando sempre utilizar uma ferramenta eficaz (conciliação em sentido amplo) para a implementação da tão almejada e ameaçada pacificação social.

Como é sabido, o exercício da jurisdição como atividade substitutiva do Estado resolve a disputa, o litígio, mas não elimina o conflito subjetivo entre as partes. Na maioria das vezes, incrementa mais ainda a disputa interpessoal, pois não acaba a animosidade, as mágoas e os ressentimentos. Há sempre vencedor e vencido, nos termos da lei aplicada pelo Estado.

Com efeito, deseja-se uma mudança de paradigma. É preciso lutar por uma cultura da conciliação, como a primeira e melhor técnica para solução das controvérsias.

Assim, a partir de 2002, os juizes federais de primeiro grau passaram a desenvolver iniciativas na perspectiva da conciliação, especialmente nos processos do Sistema Financeiro da Habitação (financiamento da casa própria). Contaram com o decisivo apoio da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) e da CEF. Os resultados alcançados, especialmente em Minas Gerais e no Distrito Federal, foram extremamente positivos e estimularam a reflexão do Tribunal para a siste-

matização de um projeto maior de conciliação.

Em maio de 2005, então, a Corte Especial do Tribunal editou a Resolução 100-14, autorizando a sistematização e implantação de um projeto de conciliação na Primeira Região, inclusive quanto aos processos em grau de recurso, nos quais se discutem contratos de mútuo vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação. No ano seguinte (2006), a então presidente do TRF, desembargadora federal Assusete Magalhães, elegeu como uma das prioridades de sua administração a efetiva implantação da cultura da conciliação na Primeira Região, obtendo resultados impressionantes (mais de 70% de acordos, com a ajuda de mais de 100 magistrados voluntários). Sua Excelência, ainda, ampliou o Projeto, enveredando pela área previdenciária, em parceria com o INSS (Resolução 600-04, de 06/03/2008). Naquela ocasião, tive a felicidade de ser o coordenador de tais projetos, ainda como juiz federal em auxílio à Presidência.

Assim, quando a eminente ministra Ellen Gracie, então presidente do STF e do CNJ, lançou, em 2006, o Movimento Nacional pela Conciliação, o TRF tornou-se, de imediato, parceiro do Conselho Nacional de Justiça, colaborando muito para a consolidação da cultura da conciliação no país.

Agora, nosso atual presidente, desembargador federal Olindo Menezes, pretende ampliar mais ainda o projeto, alcançando os contratos comerciais da CEF, as execuções de servidores públicos, os processos referentes aos sistemas educacionais e de saúde, os executivos que envolvem especialmente os conselhos profissionais, etc. Temos de pensar também na conciliação pré-processual, com o apoio do próprio Estado-Juiz. Para tanto, tive a honra de ser convalidado e designado para assumir novamente a coordenação do Sistema de Conciliação da Primeira Região, que, em breve, por determinação de resolução do CNJ, deverá ser transformado em gabinete da Conciliação.

O Tribunal e as seccionais sob sua jurisdição tiveram, na avaliação do senhor, um melhor desempenho em



relação às semanas da conciliação anteriores? A meta de 10 mil audiências será alcançada? O senhor já pode apresentar alguns números dessa iniciativa?

A cultura da conciliação não pode ser resumida em apenas uma semana, é lógico. É um trabalho diário e incessante, a fim de trazer felicidade aos jurisdicionados. No ponto, os Juizados Especiais Federais, hoje tão bem conduzidos pelo dinâmico magistrado Tourinho Neto, exercitam diariamente a prática da conciliação, em parceria com a CEF, EMGEA, o INSS e a União. Os juizados federais itinerantes tornaram visíveis os “invisíveis”, demonstrando, inclusive, a responsabilidade social do Judiciário.

Apenas para ilustrar, de 2003 para os dias atuais, os JEFs das cinco regiões pagaram mais de oito bilhões de reais a oito milhões de brasileiros. No ano passado (2009), as varas federais de execuções fiscais arrecadaram mais de 9,6 bilhões de reais, e o custo total dos JEFs foi de 6,1 bilhões. Vejam, portanto, a contribuição da cultura da conciliação causando, aliás, desenvolvimento social e humano.

As semanas da conciliação, com efeito, instituídas no início do mês de dezembro de cada ano pelo Conselho Nacional de Justiça, configuram um excelente exemplo simbólico de estímulo à conciliação. Logo, tal iniciativa merece o apoio e o empenho dos operadores do direito, a fim de que possamos construir soluções pacíficas das controvérsias.

No âmbito da primeira Região, os resultados têm sido, em regra, os melhores da Justiça Federal: em 2006, realizamos 7.646 audiências e 5.359 acordos (70,09%); em 2007 – 6.157 audiências e 4.337 acordos (75%); em 2008 – 8.844 audiências e 7.193 acordos (81,3%); em 2009 – 2.947 audiências e 2.308 acordos (78%).

Com o novo impulso dado pelo presidente Olindo Menezes, fizemos uma projeção, para a Semana de 2010, de 10.996 audiências de conciliação. A apuração dos resultados da Semana de Conciliação encerrada no dia 10 de dezembro registrou 10.072 audiências de conciliação, resultando em 6.654 acordos (66,06%), com o atendi-

to de 15.614 pessoas e com valores negociados em R\$ 35.176.658,64. Já superamos, portanto, o ano de 2009, o que significa que a cultura da conciliação foi retomada, com toda a dedicação e força.

Temos, portanto, muita esperança de que, até o final da totalização da semana da conciliação – 2010, teremos atingido a meta de 10.000 audiências de conciliação na Justiça Federal da Primeira Região.

É importante recordar, mais uma vez, que a prática conciliatória tornou-se uma cultura na Justiça Federal e, durante o ano de 2011, aqueles que não alcançaram acordos na Semana da Conciliação – 2010 poderão propor ao juiz do seu processo a vertente da conciliação. Nós, operadores da Primeira Região, estaremos à disposição para estimular, divulgar, receber, propor, participar e ampliar sempre tal prática saudável e legítima.

Quais foram as diretrizes que o TRF/ 1.ª Região passou para as seccionais nesse período de conciliação?

Os magistrados da Primeira Região já estão inseridos na cultura da conciliação. Desde 2002, como vistos, os valerosos juízes federais e os servidores das seccionais vêm estimulando e realizando práticas não adversariais para a solução dos conflitos.

Todavia, esta Coordenação pediu a intensificação da interlocução com os parceiros – EMGEA/CEF, INSS e AGU – com práticas criativas, e o esforço grande dos colegas na organização das audiências e no tratamento sempre melhor às partes, em um ambiente propício à mediação, à transação e às demais formas de conciliação.

A boa vontade dos magistrados e servidores é impressionante. No último mutirão em São Luís /MA, os servidores organizaram, inclusive, com seus próprios recursos, um serviço de lanche/sopa para os jurisdicionados, alguns deles que vieram do interior e ficaram o dia todo na capital. Isso demonstra a noção de solidariedade entre os operadores da Justiça Federal, que merece nossos aplausos.

Quais matérias foram trabalhadas pela conciliação na Primeira Região, além das previdenciárias? Qual foi a maior demanda? Houve evolução? O que precisa ser melhorado? Quais as principais dificuldades em operacionalizá-la, no que tange à jurisdição do TRF/ 1ª Região?

É preciso lembrar que esta Região abarca mais de 80% do território nacional e 14 unidades federativas. O acesso à região geográfica do norte e meio-norte do país, como todos sabem, não é fácil. Em alguns casos, precisamos utilizar barcos e aviões. Para tanto, fazemos, inclusive, parcerias com outros órgãos estatais e vencemos as distâncias, com os nossos itinerantes fluviais e rodoviários.

As dificuldades não são apenas geográficas, mas, especialmente, de infraestrutura, de pessoal e de orçamento. Mas, com o apoio do Conselho da Justiça Federal e da Presidência do Tribunal e com a dedicação e empenho dos juízes federais e dos servidores voluntários, temos conseguido excelentes resultados.

Basta lembrar os números de benefícios previdenciários concedidos nos juizados itinerantes, por acordo entre as partes. Lá mesmo, são realizadas as perícias médicas, se for o caso; os procuradores federais já vão preparados e equipados. Isso é mudança de cultura! É impressionante o incremento na economia local e na elevação do Índice de Desenvolvimento Humano com tais itinerantes. Temos de ter, efetivamente, a preocupação com a eficiência e rapidez na entrega do bem da vida requerido e deferido.

Nesse diapasão, o maior quantitativo de demandas que são submetidas às práticas conciliatórias são as previdenciárias. Por exemplo, na Semana da Conciliação – 2010, os Juizados Especiais Federais estão realizando mutirões em Castanhal e Belém do Pará, com o apoio decisivo do INSS e

da Procuradoria-Geral federal. Trata-se, com efeito, de uma área que envolve, inclusive, políticas públicas e a perspectiva do efetivo desenvolvimento nacional.

Em segundo lugar, temos os processos do SFH (financiamento para a casa própria), em que a atuação da EMGEA/CEF, como parceiros, tem sido extraordinária. 30% dos feitos submetidos à conciliação têm sua origem nessa área. No final do mês de novembro/2010, a Justiça Federal da Bahia realizou uma importante reunião com a EMGEA/CEF, com o apoio do CNJ e do CJF, quando ficou programado um grande mutirão no início de 2011 para 1.500 audiências na SJBA, sendo 300 processos em grau de recurso.

Estamos fazendo, ainda, tentativas de conciliação também nos contratos comerciais da CEF (cheque azul, por exemplo), na área penal (transação da Lei 9.099/95), no ensino superior (Fies) e com os servidores públicos (acordos nas execuções).

Queremos mais, todavia. A União, os conselhos profissionais e a Fazenda Nacional precisam ser inseridos nessa cultura não adversarial, pois conciliar é legal e faz bem para todos.

No dia 29 de novembro, o presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, assinou resolução que institui a Política Nacional de Conciliação. Essa resolução determina a criação de núcleos permanentes de conciliação e de centros judiciários para atender juizados e varas das áreas cível, fazendária e previdenciária. Tendo em vista que já existe na jurisdição do Tribunal experiências desse tipo, até que ponto o TRF/ 1ª Região já está alinhado com essa política nacional?

A ideia do CNJ é excelente. É preciso integrar as práticas conciliatórias da Justiça Federal, do Trabalho e da Estadual.



Todos nós temos o dever de buscar e implementar a felicidade humana. Não podemos ser ilhas.

No âmbito da Justiça Federal da Primeira Região, desde 2006 já temos um setor de conciliação, submetido administrativamente à secretaria judiciária do Tribunal e, tecnicamente, a um magistrado-coordenador. Tramita, atualmente, neste Tribunal, um procedimento administrativo que objetiva a unificação dos projetos de conciliação e a criação do Gabinete de Conciliação da Primeira Região, encarregado especificamente da política regional de conciliação. No ponto, a integração e a ajuda da Coordenação dos Juizados Especiais Federais (magistrado Tourinho Neto) e da Corregedoria Regional (desembargador federal Cândido Ribeiro) são fundamentais, a fim de que o resultado final seja sempre o melhor.

Recorde-se que, no projeto de conciliação do SFH, já existem pequenos núcleos em cada seccional, com servidores e magistrados que fazem o trabalho de forma voluntária e sem deixar suas atribuições nas varas respectivas (funções cumulativas).

Temos, ainda, no Piauí, um Centro Judiciário no antigo e belo prédio da Justiça Federal em Teresina. Lá, existem atividades docentes e jurisdicionais, com o apoio da UFPI, do Governo do Estado, do TJPI, da AGU e de outras instituições.

Penso, então, que já temos boa semente para o alinhamento à Política Nacional de Conciliação, tão bem concebida pelo CNJ.

Alguns tribunais adotaram estratégias de marcação de audiências por telefone e pela internet. Há registro desse tipo de serviço na Primeira Região? Em que aspectos o Tribunal inovou?

Nas áreas da conciliação e dos Juizados Especiais Federais, a criatividade é fundamental. Na nossa Região, como temos locais de difícil acesso, é comum a utilização das intimações/notificações para as audiências até mesmo por rádio. Em uma cidade da fronteira do Brasil com a Colômbia, por exemplo, já fizemos as comunicações por meio da rádio local que fica na praça principal da cidade, como se fosse o sino da igreja matriz. Fantástica a experiência.

Para as audiências de conciliação, tanto a CEF quanto a EMGEA, por exemplo, ajudam no chamamento das partes, e as secretarias realizam também comunicações pela internet e pelo telefone. Temos exemplos concretos no DF, no Maranhão, no Amazonas, no Acre e em Minas Gerais.

A principal inovação, todavia, é o acordo com a EMGEA/CEF para a implementação do projeto na fase pré-processual, ou seja, antes do processamento da demanda, os parceiros, com o apoio da Justiça Federal, tentarão conciliar. A SJMG será nosso projeto piloto.

Temos também um projeto piloto em andamento para implementar parceria com a Procuradoria-Geral da União na SJDF. Na Semana da Conciliação, a senhora procuradora-geral da União, Dr.^a Hélia Betero, foi pessoalmente até a juíza titular da 16.^a Vara/DF, Dr.^a Gilda Sigmaringa Seixas, para dar início às tratativas iniciais. Faço, portanto, este registro, pois a atitude da procuradora-geral é significativa e estimulante. Cai o muro do Direito Público, propiciando a revisão de paradigmas.

6) Como o senhor avalia a sua experiência na coordenação do Projeto de Conciliação na Primeira Região durante a quinta edição da Semana Nacional de Conciliação?

Sinto-me profundamente feliz! Feliz por buscar a felicidade humana! Feliz por vivenciar a alegria de tornar visíveis “os invisíveis”. Feliz por contribuir para a imagem positiva do Judiciário. Feliz por acreditar que as técnicas de conciliação (sentido amplo) são as melhores formas de composição dos conflitos.

Conciliar é constitucional; é legal; é ação que envolve pessoas e seus dramas, representados na forma de milhares de processos, para os quais elas querem solução justa, rápida e satisfatória.

Assim, apesar de ter assumido somente no mês de novembro a coordenação do Projeto – biênio 2010-2012, penso que a participação da Primeira Região nesta quinta edição da Semana Nacional de Conciliação foi efetiva, comprometida e com resultados bem positivos. A integração da Presi, da Coger e da Cojef no projeto foi fantástica.

Na abertura da Semana, o presidente Olindo anunciou um juizado itinerante em uma região muito carente do Piauí (Correntes), demonstrando, sobretudo, a preocupação da Justiça Federal com a implementação da cidadania. Posteriormente, entregou-se, simbolicamente, neste Tribunal, baixa de hipotecas do SFH a mutuários acordantes. Assinou-se convênio em Minas Gerais para a ampliação do Projeto SFH (fase pré-processual). Implementou-se transação em feitos criminais. Foram realizados mutirões em Castanhal e Belém/PA. Novas varas federais foram instaladas no Maranhão, em Minas Gerais, no Piauí, na Bahia, em Goiás, no DF e em Rondônia. O saldo, portanto, é muito positivo. ■

Pelo direito ao acesso

O atleta paraolímpico Gislei Sira perdeu a perna aos 23 anos: um exemplo no esporte e na profissão



MESMO COM LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA HÁ QUASE UMA DÉCADA, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AINDA ENFRENTAM SÉRIOS ENTRAVES QUANTO À ACESSIBILIDADE NO BRASIL. NA PRIMEIRA REGIÃO, COMISSÕES TRAÇAM OS RAIOS X DOS PRINCIPAIS PERCALÇOS PARA PROPOR SOLUÇÕES IMEDIATAS

RICARDO CASSIANO

Levantar da cama, trocar de roupa, entrar no carro e chegar ao trabalho. Tarefas simples, feitas automaticamente pela maioria das pessoas. Um desafio, porém, para uma parcela quase esquecida da sociedade, que convive diariamente nos mesmos ambientes dos demais, mas com sérias limitações impostas pela vida. Para as pessoas com deficiência a cidade é, muitas vezes, uma grande barreira em forma de asfalto, concreto e paisagem. E a falta de acesso torna-se um empecilho a uma vida normal, maior do que a própria debilidade. Para esses cidadãos uma pequena rampa, um corrimão ou uma escrita em braile representam muito mais que simples medidas de inclusão. Significam dignidade.

Nos últimos anos, as discussões em torno do tema da acessibilidade ganharam destaque em praticamente todo o mundo, e o Brasil não ficou de fora. Aliás, o país tornou-se um dos principais em termos de legislação voltada aos direitos das pessoas com deficiência, especialmente após a sanção, no fim de 2000, das leis federais 10.048 e 10.098. Uma enxurrada de normas e critérios para garantir o acesso, em todas as esferas da sociedade, foi lançada sobre os estados e municípios. A regulamentação dessas leis, contudo, demorou a ocorrer.

Somente em dezembro de 2004, o Decreto 5.296 estipulou os parâmetros para a aplicação das regras. O texto determina que “a aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva” atenda às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Entretanto, permanece, no Brasil, uma imensa lacuna entre a promulgação de uma lei e sua efetiva aplicação.

Nesse aspecto, o arquiteto Rodrigo Pinto de Menezes, supervisor da Seção de Projetos e Acompanhamento de Obras (Sepob/Dieng/Secad) do TRF da 1.ª Região, aponta dois problemas principais. O primeiro diz respeito à falta de planejamento. O servidor defende que a mobilidade urbana ainda carece de uma visão mais atemporal, em que

o urbanismo seja conduzido pelo fator “necessidade da sociedade”, e não pelo fator “tempo de governo”. “Isso impediria a situação atual de desperdício de projetos e falta de compromisso dos órgãos responsáveis, em ignorar a continuidade dos programas após os quatro anos de gestão”, pontua Rodrigo de Menezes. Ele acredita que seria necessário manter um modelo de programa plurianual de projetos de acessibilidade, baseado em normas e conceitos bem definidos, a serem implantados num período de 15 anos. Isso porque as alterações geralmente demandam a mudança de diversos níveis de espaço, o que requer mais tempo. “O desenho urbano deve ser pensado em um contexto de integração total da cidade. Como se limitar a construir uma rampa na calçada sem pensar de que maneira o cadeirante chegará ao local em que existe essa rampa?”, indaga Rodrigo.

O segundo problema identificado pelo arquiteto está relacionado à ignorância quanto às reais necessidades das pessoas com deficiência. O servidor do Tribunal diz que é importante conhecer as leis, mas é preciso, acima disso, separar a teoria da prática. “Existir um determinado órgão que tenha a base legal e domínio das normas que regem a acessibilidade não é sinônimo de conhecimento das necessidades”, declara. Uma solução seria estreitar o diálogo entre as autoridades e as pessoas com deficiência. Mas se de um lado falta conhecimento, de outro, muitas vezes, sobra omissão quanto aos próprios direitos. É o que diz o cadeirante Sirlei de Campos Ribeiro. O presidente de honra do Movimento Habitacional e Cidadania das Pessoas com Deficiência (Mohciped) – associação criada há dois anos em Ceilândia, maior cidade do Distrito Federal –, já soma 30 anos de luta pela acessibilidade. Mas reconhece que muitos colegas sequer sabem que há legislação a seu favor. “O próprio deficiente não sabe que tem a lei, não tem noção”, conta Sirlei Ribeiro.

Apesar disso, Sirlei pondera que muitas mudanças, em termos de estruturas físicas, vêm ocorrendo nos últimos anos. “Hoje os *shoppings* e os prédios novos são adaptados, e as reformas em construções antigas já são feitas pensan-



Comissão de
acessibilidade do
Tribunal reunida no dia
2 de novembro

do nas pessoas com deficiência”, garante. Ele também diz que há mais banheiros adaptados nos edifícios e escolas, e mais calçadas construídas. Quanto ao transporte, ainda há muitas barreiras a serem superadas na capital do país. Mesmo com boa parte da frota de 2.500 ônibus já trocada por veículos com plataforma para a cadeira de rodas, o modelo adotado, de elevador, apresenta muitas falhas. “Na hora do pique todo mundo fica em cima dele, e ele tem limite de capacidade”, descreve o presidente da associação. Sem manutenção, dezenas de coletivos estão com o sistema quebrado. Já o metrô, totalmente adaptado, conta somente com duas linhas, que atendem a apenas seis das 30 cidades do Distrito Federal.

Acesso às tecnologias

A despeito da noção comum de que a acessibilidade está relacionada apenas a questões de mobilidade, como a instalação de elevadores e rampas ou a destinação de vagas específicas de estacionamento, o termo tem uma abrangência muito maior. Aplica-se a todos os tipos de deficiência, seja ela física, auditiva, visual ou mental, e também aos direitos de idosos e obesos. O Decreto 5.296 prevê que essas pessoas recebam atendimento diferencial ou prioritário em todas as esferas sociais. Isso inclui, por exemplo, o acesso a tecnologias. Tão importante quanto instalar um

banheiro próprio para o cadeirante em um edifício é garantir que o deficiente visual tenha acesso a programas de computador.

O servidor lotado no Juizado Especial Federal (JEF) da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), Ernandes Alves Feitosa, é um dos defensores dessa ideia. Há seis anos sem enxergar, ele cadastra a petição inicial dos processos no setor de atermação, sempre ao lado de um bom amigo: o cão guia “Atlas”. A falha na visão não o impede de fazer o trabalho como qualquer outro servidor, já que Ernandes usa as teclas de atalho do computador para cadastrar os feitos. Porém se acha impedido de desempenhar funções mais complexas devido às limitações da internet. “Eu poderia acompanhar os processos pelo sistema JEF virtual, mas ele é inacessível”, assevera. O setor de informática do Tribunal já estuda meios de tornar os programas e aplicativos mais acessíveis, mas são muitos os desafios, principalmente de ordem logística e financeira.

Tamanha é a preocupação com esse segmento que o tema já tomou discussões a nível global. O W3C – consórcio internacional com mais de 400 participantes, responsável por construir padrões, normas e regulação para a web – vem-se debruçando sobre o assunto, no intuito de buscar soluções para a acessibilidade no ambiente virtual. O trabalho se concentra em produzir tecnologias, ferramentas e



Francisca Lopes, servidora da divisão de arquivo: "Acho legal que todos no Tribunal saibam lidar com os deficientes (...) e conheçam o limite dessas pessoas"



linguagens que atendam a três núcleos distintos: desenvolvedores de páginas, conteúdo e, principalmente, usuários da internet. Mas, até agora, houve poucos avanços capazes de atingir o grande público.

As ferramentas de informática mais comuns disponíveis, hoje, são os teclados virtuais para pessoas com dificuldades de coordenação motora e os leitores de tela para deficientes visuais. Os *softwares* existentes já são capazes de ler tudo que está escrito na tela do computador, ou uma linha selecionada, uma palavra e até caracteres isolados. Há também sintetizadores de voz modernos, que atendem tanto aos cegos quanto às pessoas com problemas de fala. Mas a informatização ainda depende, entre outros fatores, dos recursos financeiros individuais, de constantes atualizações, e do empenho de faculdades e escolas em absorver as novas tecnologias.

Campanha

De olho nos desafios e nos percalços da acessibilidade no Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), órgão vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, lançou há dois anos a Campanha Nacional da Acessibilidade. O objetivo é conscientizar e mobilizar a sociedade para a eliminação das barreiras arquitetônicas, de informação

e de atitudes que impedem a pessoa com deficiência de participar ativamente da vida social.

A presidente do Conade, Denise Granja, destaca que "o diferencial da campanha é que quem abraça a causa assina um termo se comprometendo a participar das ações e também divulgá-las". É uma espécie de "contrato informal" que, até agora, tem dado resultado. Centenas de municípios, entidades públicas e privadas, ONGs, conselhos e personalidades do mundo cultural e esportivo já fizeram a adesão. Entre eles, o Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Mas as ambições do governo são bem maiores.

O plano diretor da campanha, para o período de 2010 a 2014, coloca como meta principal as ações voltadas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, que serão sediadas no Brasil. O governo espera que a aceleração nos investimentos das 12 cidades sede da copa dê um salto significativo no crescimento da economia, da infraestrutura, do transporte e, também, na promoção da acessibilidade em todas as áreas. As obras de engenharia e as demais medidas a serem adotadas pelas autoridades, relacionadas aos dois eventos, deverão ter como diretriz as necessidades dos deficientes.

Para Denise Granja, a campanha cumpre um papel de extrema importância. Mas também cabe a cada cidadão



Flávia Ferreira, supervisora da Central de Digitalização Judicial do TRF: trabalho eficiente, feito por 42 prestadores de serviço com deficiência

fazer sua parte para que haja mais inclusão social. Ela defende que a barreira comportamental ainda é a mais sólida de todas, e que é preciso mudar a forma de enxergar a pessoa com deficiência. “O maior obstáculo que vejo é o preconceito. As empresas, por exemplo, só contratam o funcionário deficiente para cumprir a cota, e não por sua competência”, argumenta.

A opinião de Denise é endossada pelo atleta paraolímpico Gislei de Almeida Sira. “A pessoa que pensa que somos incapazes de trabalhar, estudar ou praticar esportes, ela sim é que é deficiente”, desabafa. O jogador de vôlei, de 33 anos, perdeu a perna esquerda aos 23, vítima de um câncer no joelho. Descobriu o amor pelo esporte no Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe), em Brasília, onde chegou por indicação de um amigo, que também teve a perna amputada após um acidente de moto. Em novembro, Gislei participou do Campeonato Brasileiro de Vôlei Sentado. A equipe brasileira foi bem na competição? “Quase caímos para a segunda divisão”, conta sorrindo. Mas o jogador garante que, na corrida profissional, sempre foi atleta de ponta. “As vezes faço coisas que pessoas ditas normais não conseguem fazer”.

Central de digitalização

Gislei trabalha na Central de Digitalização Judicial do TRF da 1.ª Região (Cedig/Dirad/Corip). A unidade começou a funcionar em fevereiro deste ano, por meio de um contrato de prestação de serviço entre o Tribunal e o Cetefe, que encaminhou 42 funcionários com algum tipo de deficiência. O objetivo da equipe é digitalizar todos os novos processos protocolizados no TRF. Os feitos são “escaneados” e, depois, passam por um processo de revisão para identificar possíveis erros. “A gente está mantendo os processos atuais em dia, com uma produção diária de 150 a 200 digitalizações”, afirma a supervisora da Cedig, Flávia Velloso Ferreira.

A maioria dos prestadores de serviço tem problemas auditivos. O grupo se reveza em dois turnos, de seis horas, e o que não falta é motivação. “Eles têm um interesse maior em aprender porque encaram isso como uma necessidade, para diminuir a limitação”, revela Flávia Ferreira. Mesmo não conhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a servidora consegue se comunicar com a equipe, de maneira improvisada, e todos acabam se entendendo. “Eles perguntam,



questionam e isso ajuda muito no trabalho. Eles correspondem bem ao que a gente solicita”, enfatiza.

A oportunidade encontrada no Tribunal abriu outras portas para os alunos do Cetefe. Após se envolver com o trabalho de digitalização e ter um contato mais próximo com os processos, vários jovens despertaram o interesse em seguir carreira no Judiciário. Dois deles já ingressaram no curso de Direito.

Comissão de acessibilidade

Em outra frente de trabalho voltada aos direitos dos deficientes, o TRF criou, por meio da Portaria Presi 420, do dia 4 de novembro de 2010, a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade. O grupo, composto por sete servidores, é responsável por fazer uma avaliação de toda a estrutura do Tribunal e identificar as barreiras físicas, arquitetônicas e de comunicação que impedem o “amplo acesso de pessoas com deficiências às suas carreiras e dependências”, conforme recomenda a portaria. A ideia é se adequar, totalmente, às leis federais e também à Recomendação 27 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), editada em dezembro de 2009.

Na primeira reunião da comissão, presidida pelo assessor especial da Presidência, Eivaldo Soares de Pinho, três pequenos grupos foram formados. Um para se inteirar sobre as normas da legislação, outro para identificar o que já existe em termos de acessibilidade no Tribunal e nas Seções Judiciárias, e um terceiro para ouvir as próprias pessoas com deficiência e descobrir se o que já foi implantado atende às necessidades, tanto dos servidores quanto dos jurisdicionados.

No dia 2 de dezembro, a comissão se reuniu pela quarta vez. Quatro servidores com deficiência participaram das discussões. Eles compartilharam experiências e apresentaram as principais queixas. Para a surpresa da comissão, o maior problema apontado pelos colegas não está relacionado a adaptações físicas ou estruturais, mas ao comportamento. “Acho legal que todos no Tribunal saibam lidar com os deficientes, aprendam a trabalhar com eles e conheçam o limite dessas pessoas”, opinou a servidora da Divisão de Arquivo e Memória Institucional do TRF (Diami/Cojud/Diges), Francisca Lopes Rêgo. Mesmo com uma deficiência no braço esquerdo, a técnica judiciária sempre trabalhou em locais onde precisava carregar processos – passou por um gabinete e pela Corte Especial antes de chegar à Diami.

Assim como Francisca, o servidor do Núcleo de Tecnologia da SJDF (Nutec), Marcelo Pinheiro, cego dos dois

O CENSO 2000 REVELOU QUE 24,5 MILHÕES DE BRASILEIROS TINHAM, PELO MENOS, UMA DAS DEFICIÊNCIAS INVESTIGADAS PELA PESQUISA. O NÚMERO CORRESPONDIA A 14,5% DA POPULAÇÃO TOTAL DO PAÍS. QUASE METADE DOS CASOS (48,1%) ERA RELACIONADA A ALGUMA INCAPACIDADE DE ENXERGAR, SEGUIDA DE DEFICIÊNCIAS MOTORAS (22,9%). A MAIOR PROPORÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SE ENCONTRAVA NO NORDESTE (16,8%), E A MENOR, NO SUDESTE (13,1%) DO PAÍS.

Fonte: IBGE

olhos, sempre encarou os desafios de frente. Mas revela se incomodar com o despreparo da maioria das pessoas ao se deparar com o deficiente visual. “Elas sempre querem puxar a gente, quando, na verdade, o correto seria estender o braço para que a gente segure e seja conduzido”, ensina. Marcelo destacou a importância do convite para participar da reunião da comissão de acessibilidade. “Quando você inclui a pessoa com quem você vai trabalhar, a chance de dar certo, de ter sucesso, é muito maior”.

Diante dos relatos, o presidente da comissão colocou como prioridade a criação de uma campanha de conscientização voltada ao público interno do Tribunal. “Chegamos à conclusão de que, de imediato, a gente tem que trabalhar com a comunicação”, propôs Eivaldo Soares. “É preciso saber como o deficiente solicita ajuda e como nós podemos sair da ignorância em relação à forma de ajudá-los”, completou. A Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade apresentará, em fevereiro de 2011, o relatório do levantamento da situação atual do TRF. O documento deverá recomendar a remoção de todos os empecilhos ao acesso de pessoas com deficiências nas dependências do Tribunal e apresentar novas propostas de projetos relativos à acessibilidade. Já os diretores de foro das seções judiciárias da Primeira Região também deverão, até o dia 4 de janeiro, instituir comissões de acessibilidade no âmbito das seccionais. ■

Palavras SIMPLES

CHICO CAMARGO



PROJETOS SIMPLIFICAM A LINGUAGEM
JURÍDICA PARA ALCANÇAR
POPULAÇÃO RURAL

Tentar traduzir a linguagem jurídica para o entendimento simples característico da população rural levou o juiz federal Márcio Barbosa Maia, quando lotado na Subseção Judiciária de Uberaba/MG, a trocar a comodidade de seu gabinete por uma iniciativa inédita na Justiça Federal brasileira: o projeto Cidadania Rural Itinerante, criado para servir como eficiente instrumento na atuação dos Juizados Especiais Federais itinerantes.

Para sua idealização, o magistrado observou que muitas famílias que vivem na região rural de Uberaba/MG congregam-se em um tradicional polo agropecuário do Estado. “As famílias que ali vivem, tiram o sustento do trabalho desenvolvido no campo. São pessoas simples e sofridas que, por estarem afastadas dos centros urbanos, desconhecem por completo os instrumentos constitucionais postos à sua disposição para o exercício da cidadania, como os Juizados Especiais Federais”, enfatizou.

Após ter traçado um perfil daquelas famílias, o juiz federal começou a se questionar sobre as principais dificuldades encontradas por elas ao buscarem os JEFs. A constatação foi espantosa: “O homem do campo tem uma linguagem simples, e muitas vezes o jurisdicionado sequer entende a sentença. O linguajar jurídico é muito rebuscado, e isso acaba o afastando, provocando um distanciamento”, afirmou o magistrado.

Identificado o problema, Márcio percebeu a necessidade de criar uma linguagem simplificada para atender os jurisdicionados do meio rural. Para isso, buscou respaldo na Universidade de Uberaba, onde atuava como professor. Formou-se, então, a parceria na criação de um projeto experimental batizado de Labojur – Laboratório de Linguagem Jurídica. “O Labojur foi um espaço instituído no âmbito do Juizado Especial Federal de Uberaba/MG, destinado à discussão, à formulação de estudos e de pesquisas e à construção de uma linguagem jurídica simplificada, objetiva e plenamente compreensível pelos jurisdicionados”, afirmou.

O próximo passo foi incentivar servidores, prestadores de serviço e estagiários da Subseção de Uberaba para atuar de forma voluntária no projeto Cidadania Rural Itinerante. “O objetivo era que esses voluntários me ajudassem nesta aproximação com os trabalhadores rurais durante os Juizados Especiais Federais itinerantes, viabilizando ao homem do campo a sua inclusão previdenciária”, disse. Sensibilizados, boa parte se inscreveu para atuar como voluntários nas ações do programa.

O diferencial, no entanto, estava nos trajes utilizados pela equipe durante a ação dos JEFs: roupas simples, e alguns, por conta própria, utilizavam chapéu de palha e bota de couro. “Eu compreendi que não bastava nós tentarmos nos aproximar do homem do campo sem que essa aproximação fosse comunicativa e cultural. Seria preciso que nós nos adaptássemos à realidade deles”, ponderou. “Quando a população rural me via vestido daquela forma, conseguia me enxergar como alguém comum, e não como um juiz federal a quem tem que chamar de ‘doutor’”, recorda.

Outro grande aliado do programa Cidadania Rural Itinerante foi a moda de viola. Para o magistrado, a linguagem musical aproxima as pessoas, razão pela qual se pensou em levar violeiros voluntários aos locais de atendimento à população. “O interessante é que esses violeiros, ao se apresentarem durante as ações itinerantes, promoviam a aproximação do Judiciário com o jurisdicionado”, disse.

Tendo em vista a natureza do projeto, que envolve a cidadania e o acesso à jurisdição, o retorno está em maior conscientização dos trabalhadores simples do campo, relativamente aos direitos básicos inscritos na Constituição Federal e na legislação assistencial e previdenciária, como os benefícios previdenciários e assistenciais de aposentadoria rural por idade, pensão por morte, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e os amparos assistenciais ao idoso e ao deficiente.

Do Projeto Cidadania Rural Itinerante foram desenvol-

SSJUBERABA



Equipe de voluntários durante atendimento dos JEFs de Uberaba

vidas cartilhas de direitos humanos pelos alunos da Universidade de Uberaba no contexto das ações. As cartilhas eram confeccionadas a partir de cada realidade objeto das ações itinerantes e, por isso, ganhavam maiores foros de efetividade social”, afirmou.

“Em realidade, o programa Cidadania Rural Itinerante foi aprimorado pelo programa Labojur, visto que a linguagem jurídica, no contexto deste último programa, foi examinada sob diversos aspectos e sob variadas perspectivas científicas. De qualquer sorte, o programa Cidadania Rural Itinerante, embora merecesse aperfeiçoamentos técnicos, já nasceu com um grau altamente satisfatório no que concerne a uma linguagem mais humana e compatível com o perfil de seu público-alvo, qual seja, o trabalhador rural, pois envolveu diversos aspectos semióticos, como a simplicidade da vestimenta, o próprio deslocamento da Justiça para a realidade geográfica e cultural dos jurisdicionados,

a aproximação cultural e outros aspectos linguísticos e de comunicação adequados à realidade daqueles jurisdicionados que buscam seus direitos perante o Poder Judiciário”, explicou.

Com a criação do Projeto Cidadania Rural Itinerante, o juiz federal Márcio Barbosa foi selecionado para participar da 8.ª Mostra de Qualidade dos Trabalhos do Poder Judiciário, no auditório do Superior Tribunal de Justiça. Na 10.ª Mostra Nacional da Qualidade dos Trabalhos do Poder Judiciário, o Labojur ficou entre os finalistas.

Atualmente o juiz federal Márcio Maia está lotado na 22.ª Vara (JEF) da Seção Judiciária da Bahia e pretende implantar os dois projetos na região. “Essa é uma das minhas maiores metas, faltando apenas reunir as condições necessárias à implementação de tais fórmulas de acesso efetivo à jurisdição”, antevê. ■

Do Adicional por Serviço Extraordinário

O tema está regulamentado nos artigos 73 e 74 da Lei 8.112 e nos artigos 42 a 50 da Resolução n.º 04/2008 do Conselho da Justiça Federal. Atenção para o disposto no artigo 1.º, §1.º, da Resolução n.º 88/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que se estabelece seja considerado como serviço extraordinário apenas aquele exercido em período que exceder a oitava hora diária.



1. Todo servidor pode ser remunerado pela prestação de serviço extraordinário?

Não. Somente o servidor ocupante de cargo efetivo e o que exerce função comissionada podem receber horas extras.

2. A quem compete designar o servidor para o serviço extraordinário?

Cabe à chefia imediata da unidade interessada apresentar justificativa da necessidade, acompanhada de relação nominal dos servidores que executarão o serviço extraordinário. Esta lista deve ser encaminhada à Secre com antecedência mínima de cinco dias úteis, ressalvada a impossibilidade de observância desse prazo, que deverá ser justificada (§§ 1.º e 2.º do artigo 42 da Resolução n.º 04/2008 – CJF);

3. Quantas horas extras o servidor pode fazer? Como fica o horário de expediente?

O art. 45, §1.º, da Resolução n.º 04/2008-CJF limita a prestação do serviço extraordinário a 2 horas diárias nos dias úteis, 44 mensais e 134 anuais. O horário de expediente do servidor fica sempre acrescido de até 2 horas da jornada de trabalho normal.

4. Pode o cumprimento das horas extras ser interrompido?

O serviço extraordinário é realizado no interesse da Administração, não cabendo ao servidor, por interesse particular, decidir interrompê-lo ou cessá-lo. O servidor que ficar impossibilitado de cumprir o trabalho deverá apresentar justificativa à chefia imediata.

5. O imposto de renda incide sobre o adicional pela prestação de serviço extraordinário?

Sim. Esse adicional é tido como base de cálculo para o imposto de renda.

6. Qual o valor do adicional pela prestação de serviço extraordinário?

O valor da hora extraordinária de trabalho será o valor da hora normal acrescido de 50%, nos dias úteis e sábados, e de 100%, nos domingos e feriados.

7. O pagamento desse adicional é automático?

Não. O pagamento ocorre no mês seguinte ao da prestação do serviço e fica condicionado ao encaminhamento da ficha individual de frequência do serviço extraordinário, preenchida e atestada pelo titular da unidade. ■

Corrida contra o TEMPO

COMO APENAS UMA PEQUENA
PARTE DOS REMÉDIOS DE ALTO
CUSTO É CONTEMPLADA PELO
SUS, PACIENTES RECORREM
À JUSTIÇA PARA OBRIGAR O
GOVERNO A PAGAR A CONTA

Algumas doenças desafiam a medicina. Aparecem de repente, sem causa definida, e atingem um pequeno grupo de pessoas. Geralmente, são crônicas, graves e degenerativas. E o pior: não têm cura. São as chamadas doenças raras. Além de devastador, o diagnóstico é o prenúncio de uma corrida por drogas capazes de proporcionar melhorias na qualidade de vida dos doentes. Caríssimos, os tratamentos só costumam ser custeados pelos cofres públicos após a justiça ser acionada.

Demerson Rocha nasceu há dezenove anos numa maternidade pública de Brasília. Veio ao mundo num parto tranquilo, para a alegria da diarista Nailde Rocha, que não via a hora de levar o bebê para casa. Levou, sem saber que em poucos meses estaria de volta e que aquele mesmo hospital se transformaria numa extensão do lar para a família. A inexperiência típica de mães de primeira viagem não impediu que Nailde percebesse que o filho era diferente das outras crianças. “O desenvolvimento dele era bem mais lento, ele tinha dificuldade de responder a determinados estímulos. No começo pensei que fosse normal, mas quando as pessoas começaram a falar que a cabeça dele era grande demais, vi que tinha alguma coisa errada”, relembra. Aquele momento marcou o início de uma longa e interminável batalha para mãe e filho. Com um ano e meio de vida, Demerson recebeu o diagnóstico de mucopolissacaridose, uma doença rara, degenerativa e incurável.

Até o problema ser confirmado, Nailde percorreu incontáveis profissionais de saúde com o filho nos braços. Foram meses de consultas e exames antes da certeza. Uma

dura realidade para quem sofre de males que desafiam a própria medicina.

Há pelo menos cinco mil tipos já catalogados pela literatura médica, mas grande parte dessas doenças continua uma incógnita para os profissionais de saúde, o que torna os diagnósticos e os tratamentos ainda mais complicados. “Doença rara e crônica normalmente demanda uma assistência multidisciplinar, e a formação desse grupo precisa de tempo, de adequação. Hoje em dia o comum é que os atendimentos sejam voltados para a urgência, que é tirar o paciente do risco de morte. A assistência a pacientes crônicos ainda é uma busca dos programas de saúde”, justifica a neuropediatra Denize Bomfim.

No Brasil, ainda não se sabe ao certo o número de doentes, mas uma organização não governamental europeia afirma que cerca de 8% da população mundial sofrem com algum tipo de doença rara. Com base nessa média, só aqui no país seriam 15 milhões de pessoas. E muitas delas não se submetem a qualquer tratamento. Há duas explicações para isso. O primeiro motivo é a inexistência de remédios – como a incidência de cada tipo de doença rara é baixa, são poucas as pesquisas e os investimentos na produção de drogas específicas. Outro fator é a dificuldade de acesso aos medicamentos já disponíveis. Importados, em sua maioria, acabam-se tornando inviáveis para a realidade financeira de quase todos os doentes.

Demerson foi vítima das duas situações. O tratamento para o seu tipo de mucopolissacaridose só foi aprovado há oito anos, e as ampolas, importadas da França e suficientes

ENTENDA A MUCOPOLISSACARIDOSE

Mucopolissacaridose (MPS) é uma doença metabólica hereditária. Isso significa que a pessoa nasce com falta ou diminuição de algumas substâncias encontradas no organismo, as enzimas que digerem os glicosaminoglicanos (GAG).

SINTOMAS

Os sintomas variam de acordo com a idade do paciente, com o tipo de mucopolissacaridose e com a gravidade da doença de cada paciente.

- Macrocefalia (crânio maior que o normal)
- Aumento do tamanho da língua

- Aumento do fígado ou do baço
- Alterações na face
- Dificuldade auditiva
- Má-formação dos dentes
- Atraso no crescimento
- Deformidades ósseas
- Compressão da medula espinhal

DIAGNÓSTICO

O diagnóstico da mucopolissacaridose é feito, normalmente, por um geneticista, após o encaminhamento por outro médico. Para confirmar a mucopolissacaridose, é realizado um exame de sangue para identificar a falta ou diminuição das enzimas.

para pouco mais de um ano de tratamento, custam o equivalente a R\$ 800 mil. À Nailde restou apenas uma opção: recorrer ao judiciário. “Por livre e espontânea vontade, o governo não paga. Só com decisão do juiz”, garante a mãe de Demerson.

E esse é o caminho escolhido por muita gente. Há pouco mais de um ano, um menino de 12 anos, portador da Síndrome de Maroteaux-Lamy – doença rara que causa degeneração – pediu à Justiça Federal que garantisse o fornecimento do remédio que acabara de ser aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O caso chegou às mãos do juiz federal Antônio Corrêa, da 9.ª Vara Federal /DF. Em sua decisão, o magistrado ressaltou que “tratando-se de moléstia grave, cujo tratamento envolve medicamento não disponível no mercado, a competência para fornecimento dos medicamentos destinados ao seu tratamento é da União Federal”. O juiz explica que processos semelhantes não são raros, e por isso o julgamento correto se torna fundamental. “Alguns tratamentos são muito caros, mas o juiz não está preocupado com isso, mas com a vida que depende dele. Mas, é claro, que nós não temos a intenção de que todo orçamento da saúde de um determinado estado vá para um único paciente, que pode, inclusive, falecer. Por isso, fazemos temperamentos”, argumenta Corrêa. A União Federal recorreu ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região e, até o fechamento desta edição, o caso aguardava julgamento da 5.ª Turma.

Antes de o caso ser levado à Justiça, o paciente carente ou seus familiares recorrem às defensorias públicas. É o primeiro passo para quem pretende cobrar do governo o fornecimento do tratamento ou de um remédio que não está contemplado na lista do Sistema Único de Saúde (SUS).

A boa notícia é que em muitas situações a demanda é resolvida pelos próprios servidores, que tentam solucionar

o problema imediatamente.

No Núcleo de Atendimento à Saúde da Defensoria Pública do Distrito Federal, por exemplo, a orientação é sempre tentar evitar o início de um processo judicial. “Nossa primeira ação é ligar para o órgão – normalmente a Secretaria de Saúde – para saber a possibilidade de atendimento do pedido do cidadão e, só depois de esgotarmos todas as chances na via administrativa, partimos para a judicial”, revela o defensor público Celestino Chupel. Ele sabe que quem vem em busca de ajuda sempre tem pressa. “Quem vem aqui não quer saber de liminar, de mandado de segurança. Só quer que seu problema seja resolvido, seja um leito de UTI ou um remédio”, afirma Chupel. O defensor público garante que apenas 10% dos atendimentos chegam, de fato, ao Judiciário.

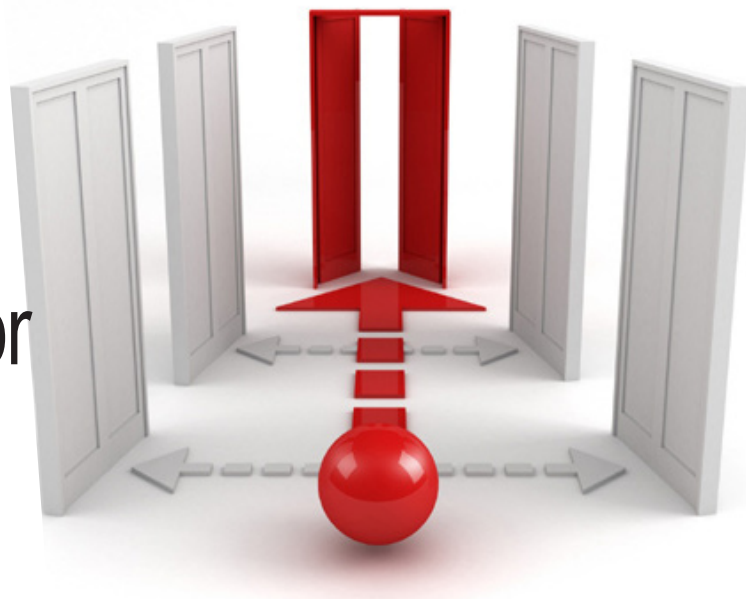
Mesmo com os esforços voltados para o melhor e mais rápido atendimento, são muitos os que acabam perdendo essa corrida contra o tempo. No Núcleo coordenado pelo defensor Chupel, é comum encontrar pessoas desesperadas, que recebem a notícia do falecimento de um parente antes mesmo que a ajuda fosse concretizada. “Todo dia tem gente chorando aqui, é uma tristeza só. Quando essas pessoas vêm até nós é porque a situação já está muito ruim”, conta uma servidora que preferiu não ser identificada.

A decisão para o financiamento do tratamento de Demerson foi rápida. Assim que a droga provou ser eficaz no exterior, a mãe dele acionou a Justiça. Isso foi há sete anos. Desde então, o jovem nunca mais ficou sem o medicamento. Nailde só lamenta que o remédio tenha sido descoberto tão tarde. “Ele começou a tomar quando tinha 12 anos. A médica me falou que, se tivesse começado ainda criança, o processo degenerativo poderia ter sido bloqueado”, diz. Hoje, Demerson está no estágio mais avançado da doença. Há dois anos ele perdeu os movimentos das pernas. Também já não fala ou escuta. ■

TRATAMENTO

O tratamento da mucopolissacaridose envolve uma equipe com diversos profissionais, de acordo com os sintomas que podem ser apresentados. Entre eles estão: médicos geneticista, pediatra, pneumologista, otorrinolaringologista, oftalmologista, ortopedista e neurologista, fisioterapeuta, dentista, fonoaudiólogo e psicólogo. Para um melhor tratamento, o ideal é procurar centros de atendimento a doenças genéticas

Projetos: possível caminho para melhor gestão judiciária



▼ POR MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)
E JOSÉ FERRETTI (CENAG)

A caminhada das organizações de alta performance passa pela exposição clara do seu estado futuro desejado. Esse quadro é construído com base na união dos objetivos imprescindíveis para a transição do hoje para o amanhã. Mosaico da união de muitos, tal quadro possui, em sua versão final, o toque do estrategista (no grego antigo, o maior general no combate; em nosso caso, o presidente do Tribunal). Uma vez elaborado, serve como mapa estratégico a guiar a alta liderança na proposição dos empreendimentos que definirão esse porvir.

Na tradução dos objetivos em empreendimentos, cada setor, área ou parte interessada na construção desse amanhã propõe, inicialmente, ideias de melhoria. O amadurecimento dessas demandas, com base em um conjunto de critérios e regras de operação, leva-as, ou não, a patamares de maior significância dentro da estratégia organizacional.

Para o vencimento desse percurso, torna-se imperiosa a construção de metodologia que garanta a devida condução dos projetos de alto valor político e estratégicos, contemplando-se o desdobramento do plano estratégico de forma efetiva e segura e com resultados relevantes. Esse mesmo método pode ser aplicado, caso o gestor entenda aplicável, aos projetos operacionais.

O plano estratégico desenvolvido no TRF/ 1.ª Região apresenta, agora, seu primeiro produto, a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da 1.ª Região (MGPj/1.ª).

Para que se pudessem alcançar os objetivos estratégicos, constantes do Mapa Estratégico já divulgado, de forma ordenada e atendendo ao método científico, buscou-se o

benchmarking (busca de melhores práticas) com algumas organizações que apresentassem casos de sucesso no desenvolvimento de metodologias correlatas.

A Receita Federal do Brasil, por meio de sua equipe de Gerenciamento de Projetos, além de receber grupo do TRF, repassou conhecimento que formou a base para que a metodologia aqui fosse elaborada.

Por meio da MGPj/1.ª, as unidades internas (TRF/1.ª) e as unidades externas (seções judiciárias) poderão planejar com rigor metodológico, em rumo à consecução de suas metas e diretrizes, apresentar seus projetos e observar seu trâmite.

Após sua aprovação, a metodologia, disponível na internet e também em forma impressa, objetivará nortear o desenvolvimento, a execução e a apresentação de novos serviços e produtos, referendados pela alta administração, bem como vencer os atrasos operacionais que detém a Justiça Federal em apresentar os resultados reclamados pela sociedade.

Os projetos poderão transformar ideias, inovações e necessidades em realizações concretas, materializando planos, e exigências organizacionais e sociais. Sob a forma de gestão horizontal, reúne pessoas de matizes profissionais distintas sob um sistema inter e multidisciplinar.

Sabe-se, conforme se tratou na coluna anterior, “Mudanças”, a dificuldade em mudança cultural. A literatura, no entanto, incita-nos a tentar.

Os resultados coletados pelas organizações de alto desempenho são estimulantes e incentivam a caminhada ininterrupta em busca da gestão judiciária aperfeiçoada. ■

Instalação de varas federais - o interior do país é meta da Justiça Federal

EM NOVEMBRO FORAM INSTALADAS MAIS SEIS VARAS DAS
19 PREVISTAS PARA 2010

✓ CHICO CAMARGO, ETIENE GOMES E IVANI MORAIS

Desde que a Resolução/Presi/Cenag 14 foi publicada, em 13 de maio, (alterada posteriormente pela de número 22, de 03/11/2010), o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região já instalou 13 varas federais, de um total de 19 previstas e autorizadas para o ano de 2010.

O documento, que autoriza, regulamenta e detalha a instalação das novas varas no âmbito da 1.ª Região, é decorrente da Resolução n.º 102, de 14 de abril, do Conselho de Justiça Federal (CJF), que destina ao TRF 94 varas federais, de um total de 230 criadas pela Lei 12.011, de 4 de agosto de 2009. O objetivo da Lei é a interiorização

da Justiça Federal de primeiro grau e a implantação dos Juizados Especiais Federais no País. O dispositivo legal diz ainda que a implantação ocorrerá de forma gradativa, devendo estar concluída em 2014.

A 12.011 diz ainda caber aos tribunais regionais federais, mediante ato próprio, estabelecer a competência das varas e juizados especiais por ela criados, de acordo com as necessidades de cada região.

A seguir, o leitor poderá conferir o roteiro com a inauguração, no mês mais intenso de 2010, das seis novas varas.

16 DE NOVEMBRO – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA/TO

FOTOS: LEONARDO COSTA



“COM A SUBSEÇÃO, REDUZIRÁ A MENOS DA METADE A DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA POR UM MORADOR OU ADVOGADO DE ESPERANTINA (ÚLTIMA CIDADE DO BICO DO PAPAGAIO) PARA TER ACESSO À JUSTIÇA FEDERAL” - JUIZ FEDERAL JOSÉ GODINHO FILHO.

A população de Araguaína e do norte do estado do Tocantins comemorou a chegada da Justiça Federal na região, depois de uma espera de mais de 20 anos, período em que a cidade, à época município do Estado de Goiás, sediou uma vara federal que passou a integrar a estrutura da seccional de Goiás após a criação do Estado do Tocantins pela Constituição Federal de 1988. O presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, ao lado do diretor do foro da Seção Judiciária do Tocantins, José Godinho Filho, instalou a mais nova subseção judiciária do Estado.

Composta por vara única, o titular da nova subseção judiciária é o juiz federal Aníbal Magalhães, que contará com uma equipe de 20 servidores, 16 dos quais empossados por ocasião da instalação da subseção. A vara é de competência mista, e lidará com matéria cível, criminal e de juizados especiais federais, com um acervo estimado

em aproximadamente cinco mil processos.

A sede está localizada na avenida Neief Murad, s/n, bairro Jardim Goiás, em Araguaína/TO.

A jurisdição da Subseção Judiciária abrange, além de Araguaína, os seguintes municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Aragominas, Araguañã, Araguatins, Ara-poema, Augustinópolis, Axiá do Tocantins, Babaçulândia, Bandeirantes do Tocantins, Barra do Ouro, Bernardo Sayão, Brasilândia do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Campos Lindos, Carmolândia, Carrasco Bonito,

Colinas do Tocantins, Couto de Magalhães, Darcinópolis, Esperantina, Filadélfia, Goiatins, Itaguatins, Itaporã do Tocantins, Juarina, Luzinópolis, Maurilândia, Muricilândia, Nazaré, Nova Olinda, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Pau d'Arco, Piraquê, Praia Norte, Presidente Kennedy, Riachinho, Sampaio, Santa Fé do Araguaia, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantinópolis, Tupiratins, Wanderlândia e Xambioá.

19 DE NOVEMBRO – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PARACATU/MG

No dia 19 de novembro, a cidade de Paracatu, em Minas Gerais, comemorou a inauguração da Vara Única de Paracatu. Até então, a cidade e outras adjacentes eram atendidas por um posto avançado do Juizado Especial Federal (PAV/JEF), agora desativado. Em ato solene, o presidente Olindo Menezes, acompanhado do diretor do foro da seccional de Minas Gerais, Itelmar Raydan Evangelista, instalou a Subseção Judiciária de Paracatu, cuja jurisdição abrange, também, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagoa Grande, São Gonçalo do Abaeté, Varjão de Minas e Vazante, cidades que, juntas, têm uma população de quase 180 mil habitantes.

Equipe de 20 servidores, 12 empossados na ocasião do evento e oito removidos de outras varas federais auxiliará a juíza federal Lília Botelho Neiva Brito nos trabalhos. O acervo da vara é de seis mil processos. A Vara Única de Paracatu possui competência geral e juizado especial federal adjunto cível e criminal.

Em seu discurso, o presidente Olindo Menezes agradeceu o apoio dos muitos que contribuíram para a instalação da vara de Paracatu – desde os setores operacionais específicos do Tribunal até os poderes constituídos locais e estaduais e, ao final, afirmou convicto:

Ao discursar, o diretor da seccional de Minas, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, lembrou que a inauguração da Subseção de Paracatu possui significado bem maior que o de uma unidade jurisdicional a mais para o TRF da Primeira



“QUERO QUE A JUSTIÇA DÊ FRUTOS INSTITUCIONAIS, IMPESSOAIS E DURADOUROS NA LINHA DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA, PRATICANDO VALORES DE CIVILIZAÇÃO”.

PRESIDENTE OLINDO MENEZES

Região. “Representa a vontade do Judiciário de se fazer presente e atuante em seu compromisso de assegurar ao povo um sentimento de segurança, de confiança, de proteção, de perspectivas melhores para as novas gerações”.

A vara está localizada na avenida Olegário Maciel, 138, Paracatu/MG.

22 DE NOVEMBRO – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE DIAMANTINO/MT



Um sonho antigo da população de Diamantino e das cidades localizadas no médio norte de Mato Grosso foi materializado no dia 22, com a instalação da Subseção Judiciária de Diamantino, em solenidade conduzida pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, ao lado do diretor do foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, José Pires da Cunha.

Para o presidente Olindo Menezes, a instalação da subseção judiciária em Diamantino, composta por vara única, é a realização de uma “justíssima aspiração da sua população”. A vara terá competência geral e contará com juizado especial federal adjunto, cível e criminal, o que possibilitará melhor oportunidade de acesso à população, sem a necessidade de se deslocar para Cuiabá.

A sede da subseção fica na rua Rui Barbosa, lote 39, quadra 30, bairro São Benedito.

23 DE NOVEMBRO – 7.ª VARA FEDERAL DE CUIABÁ/MT



Depois de Diamantino, no interior de Mato Grosso, foi a vez de a capital, Cuiabá, comemorar a instalação de mais uma vara federal. A 7.ª vara da Seção Judiciária, especializada em matéria criminal, foi instalada, no dia 23, pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes. Agora, o estado conta com sete varas federais na capital e quatro no interior, instaladas nos municípios de Cáceres, Sinop, Rondonópolis e Diamantino.

Ao lado do diretor do foro da seccional de Mato Grosso, juiz federal José Pires da Cunha, o presidente Olindo Menezes abriu os trabalhos da solenidade, que contou com a participação do desembargador federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes, do representante do governador de Cuiabá, Dorgival Carvalho, do prefeito de Cuiabá, Fernando Freitas, e do juiz federal titular da nova vara, Paulo César Sodré, entre outras autoridades.

Em seu discurso, o presidente do TRF lembrou que a especialização de varas federais de Cuiabá em matéria criminal era uma aspiração antiga dos magistrados da seccio-

“O JUIZ VAI CONCENTRAR SEU ESFORÇO EM MATÉRIA CRIMINAL, NÃO VAI DISPENSAR SUA ATENÇÃO COM MATÉRIA CÍVEL OU DE OUTRA ORDEM” - PRESIDENTE OLINDO MENEZES

nal. Com a especialização da 7.^a Vara em feitos criminais, o desejo se realiza, e a prestação jurisdicional à sociedade, na avaliação de Olindo Menezes, tende a melhorar. “O juiz vai concentrar seu esforço em matéria criminal, não vai dispersar sua atenção com matéria cível ou de outra ordem; portanto terá condições, até mesmo pelo trato especializado da matéria, de dar uma resposta à sociedade em tempo socialmente útil e socialmente pedagógico”.

Opinião compartilhada com o diretor do foro da SJMT, juiz federal José Pires da Cunha, que comemorou a instalação de mais uma vara federal no estado, assim como a especialização daquela vara, ressaltando “o verdadeiro significado

desta unidade jurisdicional e os benefícios que ela certamente trará para os usuários da Justiça Federal (...). Sem dúvida, o juiz especializado adquire conhecimentos mais profundos da matéria, decide com mais rapidez e dá maior segurança às partes e à sociedade, que clama por justiça”.

A vara federal funcionará no 1.^o andar do edifício-sede da Justiça Federal e contará com equipe de 14 servidores, sob o comando do juiz federal Paulo César Sodré, destacado interinamente para responder pela 7.^a Vara.

A vara fica no edifício-sede da Seção Judiciária de Mato Grosso, localizada na avenida Rubens de Mendonça, 4.888 – Centro Político Administrativo, em Cuiabá.

26 DE NOVEMBRO – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UNAÍ/MG

“A Justiça Federal faz legitimar a voz dos desvalidos”. Com essas palavras, retiradas do hino do TRF da Primeira Região, o presidente Olindo Menezes sintetizou um dos objetivos da chegada da Justiça Federal em Unaí/MG. O evento aconteceu no dia 26 de novembro e foi dividido em dois momentos – a solenidade de abertura ocorreu na Câmara Municipal, e o desenlace da fita e descerramento da placa inaugural, na sede da Subseção Judiciária de Unaí, no Centro da cidade. O evento foi conduzido pelo presidente Olindo Menezes, sempre acompanhado pelo diretor do foro de Minas Gerais, Itelmar Raydan Evangelista.

A vara federal mais recente de Minas atenderá outros doze municípios vizinhos: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Uruana de Minas, Riachinho e Uruçuia. A Subseção Judiciária de Unaí será conduzida pelo juiz federal Guilherme Jorge de Resende Brito, que contará com equipe de 20 servidores para auxiliá-lo na nova missão, 13 dos quais foram empossados no próprio dia 26 de novembro, em solenidade que contou com a presença do presidente Olindo Menezes.

A Vara Única de Unaí terá competência geral e de juízo especial federal (JEF) adjunto cível e criminal. A presença do JEF na vara foi, inclusive, muito ressaltada, em discurso, pelo presidente, o qual chegou a reconhecer que até pouco tempo atrás não se via na Justiça Federal gente de chinelo ou com pano na cabeça. “A nossa responsabilidade é grande; estamos chegando a Unaí principalmente para atender



“A NOSSA RESPONSABILIDADE É GRANDE; ESTAMOS CHEGANDO A UNAÍ PRINCIPALMENTE PARA ATENDER PESSOAS DE BAIXA POSIÇÃO SOCIAL.” – PRESIDENTE OLINDO MENEZES

pessoas de baixa posição social.”

O diretor da seccional de Minas, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, em seu discurso, ressaltou que estamos vivenciando uma nova era na Justiça. “Vivemos uma época em que o Judiciário chega mais perto, fica mais acessível ao cidadão e propicia-lhe oportunidade na busca mais fácil e menos onerosa da prestação jurisdicional”.

A vara está localizada na rua João Pinheiro, 548, no centro de Unaí/MG.

29 DE NOVEMBRO – 7.ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

A Justiça Federal do Estado do Piauí conta, agora, com o reforço de mais uma vara federal em sua estrutura, para processamento das ações cíveis, de valores até 60 salários mínimos, e criminais, cujas penas não ultrapassem dois anos. No dia 29, foi instalada pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, a segunda das seis varas federais destinadas ao estado pela Resolução n.º 102, de 14 de abril de 2010, do Conselho da Justiça Federal.

Agora, no total, a seccional piauiense conta com duas varas de juizados especiais (JEFs) para dividir um acervo de 49.600 processos. Atualmente, a 6.ª Vara Federal do Piauí é a maior vara de juizado do país em número de processos. Os trabalhos na nova vara serão conduzidos, interinamente, pelo juiz federal Rodrigo Pinheiro do Nascimento, e contarão com 14 servidores, empossados e removidos de outras localidades, que irão trabalhar com um acervo de tramitação exclusivamente virtual.

Para o presidente Olindo Menezes, a instalação de mais uma vara de JEF na Seccional é motivo de festa, já que o movimento judicial lá é intenso. Aos servidores empossados recentemente o presidente destacou a grande responsabilidade que assumem a partir da posse. “Eles são os fundadores da 7.ª Vara e serão os pioneiros nessa tarefa; têm uma responsabilidade muito grande, um dever cívico de, junto com os magistrados, estruturar os serviços dessa vara nos primeiros momentos, para que ela, ombreada com



“SABEMOS QUE A ANTECIPAÇÃO DA 7.ª VARA REPRESENTA UMA RESPOSTA INSTITUCIONAL AO VOLUME DE PROCESSOS JUDICIAIS EM NOSSO ESTADO”. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – DIRETOR DO FORO.

as outras varas daqui, continue sempre elevando, cada vez mais, o nome da JF no estado do PI”.

O diretor do Foro, juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão, falou de sua gratidão para com a administração do TRF, pela antecipação da instalação da 7.ª Vara Federal, antes prevista, apenas, para 2011.

A vara está localizada no edifício-sede da Seção Judiciária do Piauí, na avenida Miguel Rosa, 7.315, Redenção, em Teresina. ■

Para o mês de dezembro, estão previstas as instalações das seguintes varas:

- 3/12 – Guajará-Mirim-RO;**
- 10/12 – Teófilo Otoni /MG;**
- 13/12 – Formosa/GO;**
- 14/12 – Uruaçu/GO;**
- 15/12 – Distrito Federal;**
- 17/12 – Bacabal/MA.**



CIENTISTAS TRANSFORMAM CÉLULAS DA PELE HUMANA EM SANGUE

Uma equipe de cientistas da Universidade McMaster do Canadá desenvolveu uma nova técnica para transformar células da pele de adultos em células sanguíneas. Segundo anuncia a revista Nature, a descoberta oferece a possibilidade de se ter uma fonte inesgotável de sangue para transfusões, bem como desenvolver células saudáveis para doentes de leucemia, ou glóbulos vermelhos para tratar pacientes com anemia, a partir de um fragmento de sua pele.

A principal novidade do trabalho é que a conversão se realiza de maneira direta, não requer passo intermediário, na conversão de uma célula mãe pluripotente induzida – que produz muitos tipos de células humanas e depois transforma-a em uma célula sanguínea. A técnica demonstrou ser eficaz tanto com células de recém-nascidos como com células de pessoas adultas.



Negócio Digital - Revista Eletrônica
Novembro/2010

MUNDO

EPIDEMIA DE CÓLERA MATA MAIS DE 900 NO HAITI.

O número de mortos pela epidemia de cólera no Haiti já atingiu mais de 900 pessoas. A doença está presente em seis das dez províncias do país arrasado pelo terremoto em janeiro, informou o Ministério da Saúde.

O governo e seus parceiros lutam para impedir a propagação da doença em favelas lotadas e acampamentos onde mais de 1,3 milhões de desabrigados sobreviventes do terremoto estão acomodados. A previsão das Nações Unidas é que até 200.000 habitantes possam vir a contrair cólera com o surto que afeta o país de 10 milhões de habitantes.

Folha de São Paulo
Novembro/2010

PAÍSES ALCANÇAM ACORDO DA BIODIVERSIDADE

Após 18 anos negociando-se, foi assinado o Protocolo de Nagoya, considerado o maior pacto ambiental desde Kyoto. Representantes de quase 200 países chegaram a um acordo, no dia 19 de novembro, em Nagoya (Japão).

As nações concordaram em reconhecer o direito dos países sobre a sua biodiversidade. Isso significa que países que desejaram explorar a diversidade natural (como plantas, animais ou micro-organismos) em territórios que não sejam seus, terão de pedir autorização para as nações donas dos recursos.

Jornal do Comércio on-line
Novembro/2010

BRASIL

IMPASSE JUDICIAL DO ENEM COLOCA NO LIMBO 48 MIL VAGAS DE 36 UNIVERSIDADES

A suspensão da validade das provas do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) deixou em aberto o destino que será dado a pelo menos 48.458 vagas oferecidas em instituições federais. Das 84 universidades e instituições que participam do exame, 36% dependem exclusivamente da prova para selecionar alunos em 2010. Reunidas, elas respondem por 53% de todas as vagas oferecidas pelo Enem.



O Estado de São Paulo
Novembro/2010

AGU QUER AUTORIZAR A CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM DINHEIRO

A Advocacia-Geral da União divulgou nota para informar que enviou ao Ministério do Planejamento uma proposta para permitir que todo servidor aposentado do Poder Executivo converta a licença-prêmio, não utilizada, em dinheiro.

Folha de São Paulo
Novembro/2010



Comitiva do TRF da 1.ª Região conhece o Projeto Conscientizar para Economizar, do TJSE/ Crédito: arquivo pessoal TJSE

TRF desenvolve estudos para implantação de sistemas de custos

PROJETO CONTRIBUIRÁ PARA MAIOR EFICIÊNCIA DO CONTROLE DE GASTOS

PAULA ODA

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região está desenvolvendo estudos para a implantação do Sistema de Informações Gerenciais de Custos. A iniciativa segue determinação da portaria 440, de 10 de novembro de 2010, assinada pelo presidente Olindo Menezes. O sistema tem por finalidade apurar os custos para apoiar o planejamento, auxiliar nas decisões, além de contribuir para a eficiência do controle de gastos.

No documento, o presidente Olindo considerou como base as leis de responsabilidade fiscal e de diretrizes orçamentárias, que determinam respectivamente a existência e manutenção de um sistema de controle orçamentário, financeiro, patrimonial e valores das ações desenvolvidas.

A Secretaria de Planejamento Orçamentária e Financeiro (Secor) foi designada como responsável pela implantação efetiva do sistema na 1.ª Região. Para a implementação da ferramenta, a Secor contará com o apoio da Presidência, da Diretoria-Geral da Secretaria (Diges), das demais secretarias e, em especial, da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin).

O projeto está na fase de troca de experiências com or-

ganizações que tenham tido casos de sucesso na implantação do sistema de custos. Até o momento foram visitados o Banco Central do Brasil (Bacen); a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (Sefaz/RS), a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz/BA), a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ), o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJ/SE) e o Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO). Após esse processo, será feita a escolha da metodologia de apuração de gastos que melhor se adequa às necessidades da 1.ª Região, bem como organizações que serão parceiras do Tribunal no desenvolvimento do sistema.

Dentre os principais benefícios do sistema de custos podem ser destacados: qualidade e aprimoramento dos gastos públicos; eficácia, eficiência e efetividade da gestão; análise e melhoria dos procedimentos a partir da apuração dos custos; aplicabilidade do sistema no processo decisório; economicidade e avaliação dos resultados. ■



Ano novo, chance nova

▼ MÁRCIA MURÇA BARROSO

Como é possível detestar o que só traz benefícios? A pergunta parece guardar um sofisma, mas, ao se eliminar o mistério da indagação, revelando que se fala aqui de nosso idioma, logo se percebe a veracidade de seu conteúdo ou, ao menos, de parte dele.

O fato é que muitos gostariam de aprender de verdade a utilizar a Língua, porém não conseguem encontrar um jeito agradável de estudá-la, e deixam-na de lado, torcendo para que fique bem simplificada ou para que a norma caia em descrédito, e possam eles finalmente empregar uma linguagem sempre irreverente.

O motivo da malquerença, entretanto, não está nos protagonistas dessa história de desafeto, mas nas condições em que se passa essa história. São situações de carência presenciadas por todos os brasileiros, cujos resultados se pode tentar melhorar com apoio da experiência. Basta ter consciência de que aprender a usar o idioma não é difícil, porque requer bem menos do que se pensa.

Procurar saber usar a língua portuguesa não significa sair em busca de regras gramaticais e decorá-las, tentar identificar termos de construções sintáticas mesmo sem entender o porquê de eles existirem, memorizar aquelas temíveis conjugações verbais, a regência de centenas de palavras, as conjunções coordenativas e subordinativas, buscar conhecer os vocábulos quase exclusivamente por meio dos dicionários, vendo a Língua como um amontoado de palavras que inutilmente têm, em sua grande parte, o mesmo sentido.

Saber usar a língua portuguesa requer apenas um pouco de afeição. Quando nos deixamos atrair por ela, passamos a notar toda sua beleza e riqueza. Passamos a vê-la como algo útil e, assim, perceber o sem-número de possibilidades oferecido por ela, dentro e fora dos discursos.

O bom uso da língua portuguesa torna possível formular um complicado questionamento, reclamar de forma eficiente contra uma injustiça, descrever fatos de maneira fidedigna, declarar com precisão uma ação, minudenciar um grande projeto, rebater competentemente frágeis argumentos, assim como construir outros, bem mais fortes.

O bom uso da língua portuguesa ainda propicia mais facilidade de conquistar a pessoa amada, de ter um relacionamento social intenso, de fazer boas amizades, de conseguir um excelente emprego, de amenizar ou até reverter uma situação difícil, de orientar acertadamente os filhos ou de, simplesmente, ser feliz.

Depois de entender que todos esses benefícios podem ser atribuídos ao uso eficiente do idioma, não há como não sentir por este algo especial, que nos leve ao desejo de conhecê-lo intimamente, de pesquisar sobre sua formação e estrutura.

E é com esse ânimo que se deve estudá-lo, buscar a compreensão da relação entre suas partes e da relação destas com elementos do universo do falante, para, finalmente, entender o motivo de suas regras e da defesa vigorosa que alguns fazem delas.

Aproveitem o recesso para refletir sobre isso, e abram o ano com uma nova noção de nossa língua. Recomecem, de um modo apropriado, o estudo que iniciaram sobre ela e por meio do qual tenham, talvez, construído uma imagem equivocada, formando, até mesmo, um sentimento de aversão a sua nomenclatura. Vejam como se completam determinadas noções e quanta lógica existe nesse grandioso instrumento tachado várias vezes de desconexo e maçante, mas amado por quem dele sabe tirar todo proveito.

Boas Festas!

E sucesso! ■

questionamento eficiente **reclamar**
 injustiça precisão projeto argumentos fortes
 conquistar **descrever** amenizar **rebater**
 reverter orientar **feliz**

Gestão Documental da Justiça Federal

A ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO ADEQUADA DO ACERVO PARA GARANTIR O
ACESSO AOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

▼ RAÍSSA CAPIBARIBE

A importância dada ao acesso à informação pela Constituição de 1988 deu início ao projeto da Gestão Documental da Justiça Federal. A Carta assegura a todos o acesso à informação e determina pela Lei n.º 8.159/91 em seu art. 216, § 2.º, que “cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.

No Tribunal, a gestão documental teve início em 2004, quando a Portaria n.º 650-558 tornou obrigatório o uso do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT), na emissão de documentos administrativos eletrônicos e impressos no âmbito da Primeira Região. A diretora da Divisão de Arquivo e Memória Institucional (Diamí), Ana Cláudia Cordeiro Correia Lima, explicou que a realização da gestão documental no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região visa racionalizar o acesso à informação, preservando os documentos com valor informativo relevante, histórico ou probatório e eliminando, com segurança, aqueles desprovidos de valor, para, dessa forma, garantir que os documentos gerados pelo Tribunal estejam disponíveis para as próximas gerações.

Ana Cláudia ressaltou que o descarte de autos judiciais

findos e de documentos e processos administrativos é uma consequência da gestão documental, que é a finalidade maior. Neste ano foi realizado no Tribunal o 3.º Descarte de Autos Judiciais Findos e o 7.º de Documentos e Processos Administrativos. Foram trituradas 3 toneladas e 810 kg de documentos e processos administrativos e judiciais, entre os quais 254 mandados de segurança e 639 ações rescisórias autuados no período de 1995 a 2004, 154 processos administrativos referentes aos anos de 1991 a 1995 e 61 metros lineares de cópias de notas taquigráficas.

Além do Tribunal, as Seções Judiciárias também são estimuladas a efetuar a gestão documental e participar do processo de descarte. Para a efetuação do descarte existe um cronograma a ser seguido. As seccionais que tiverem interesse em participar do Dia do Descarte Central devem manifestar-se até o dia 31 de julho de cada ano, por meio de comunicado à Comissão de Avaliação e Gestão Documental (Caged). O dia do descarte central da Justiça Federal da Primeira Região, de acordo com a Portaria 247/2008, é a segunda sexta-feira do mês de novembro – neste ano, o dia 12.

A eliminação de documentos antigos traz inúmeras van-



A presidente da Caged, desembargadora federal Neuza Alves, e a diretora da Diami, Ana Cláudia, na solenidade de descarte realizada no Tribunal

tagens para o Tribunal e seções judiciárias participantes. A facilidade de localizar documentos, o aumento do espaço físico e a economia de recursos – já que os gastos passam a ser apenas com a manutenção daqueles que realmente precisam ser preservados – são alguns dos benefícios.

A presidente da Comissão, desembargadora federal Neuza Alves, afirmou que, atualmente, ao procedimento de descarte já é dada sua real importância, pois ele vai muito além do simples ato de “jogar papel fora”. “Essas 3 toneladas e 810 kg de papel descartadas são o resultado de um ano de trabalho contínuo desses servidores, prestadores e estagiários”, afirmou a magistrada.

Lembrando a responsabilidade social e de preservação ambiental, todo material descartado é enviado para reciclagem. O resultado é destinado a programas sociais de entidades sem fins lucrativos. Neste ano, o valor arre-

cadado foi repassado à Associação dos Catadores de Lixo do Distrito Federal (APCOB).

Como é feito o descarte?

Para descarte são sempre selecionados processos cujo prazo de guarda encontra-se vencido. Os documentos administrativos e as ações judiciais transitadas em julgado e definitivamente arquivadas são avaliadas para fins de guarda ou eliminação, segundo critérios previstos no PCTT e na Tabela de Temporalidade das Ações Transitadas em Julgado da Justiça Federal.

Após a seleção dos processos cujo prazo de guarda encontra-se vencido, é feita a análise de cada um deles para verificar quais são os de guarda permanente. Esses processos são isolados e recebem um tratamento especial antes de voltar para o arquivo. Posteriormente, verifica-se do mon-



SECOJAM

Comissão de Avaliação e Gestão Documental da SJ/AM recebe certificado durante o 1.º Descarte de Autos Judiciais Findos e o 6.º de Documentos e Processos Administrativos



SECOJBA

A Seção Judiciária da Bahia realizou, pelo sexto ano, o Descarte de Documentos e Processos Administrativos.

O DESCARTE NAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS

Participaram do Descarte de Autos Findos cinco seções judiciárias, com os seguintes quantitativos:

| Amapá | Minas Gerais | Piauí | Rondônia | Mato Grosso |
|-------|--------------|-------|----------|-------------|
| 576 | 4201 | 65 | 4556 | 3432 |

Da mesma forma, dez seções judiciárias participaram do Descarte de Processos Administrativos:

| Acre | Amapá | Amazonas | Bahia | Distrito Federal | Mato Grosso | Pará | Piauí | Rondônia | Tocantins |
|------|-------|----------|-------|------------------|-------------|------|-------|----------|-----------|
| 1015 | 265 | 743 | 395 | 129 | 234 | 897 | 1722 | 306 | 301 |



1.º Descarte de Autos Judiciais Findos e o 4.º Descarte de Documentos e Processos Administrativos da SJ/MT

tante que restou, um a um, se existe alguma pendência (se está com a certidão do trânsito em julgado, se há petições ou documentos pendentes de juntada, outros processos e recursos vinculados ao processo em análise, etc.). Cumpridos todos os provimentos judiciais, atualizam-se os dados no sistema processual e de arquivo, e esse processo passa a compor o grupo dos passíveis de eliminação. Aplica-se, então, uma fórmula para a guarda amostral desses processos. Os que ficaram como guarda amostral são arquivados permanentemente, e os demais, eliminados.

Em relação aos processos administrativos, após a verificação dos processos com o prazo de guarda vencido pelo PCTT, procede-se à análise de cada um com o objetivo de se detectar um possível erro de classificação. Os processos administrativos que se encontram nessa situação são reclassificados e corrigidos no sistema. É realizada então nova

análise, e são separados para a eliminação os que apresentarem, a partir da tabela, o prazo de guarda expirado.

Divulgação aos jurisdicionados

Para dar ciência às partes interessadas de que seu processo encontra-se em via de ser eliminado, é publicado um edital de eliminação. A diretora da Diami informou que o edital de eliminação informa o nome das partes e do advogado, o número do processo e outros dados que o identifique, e é publicado no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação, além de ficar disponível nas portarias dos prédios do Tribunal Regional Federal 1.ª Região por 45 dias. Caso a parte tenha interesse em ficar com algum documento, é firmado um termo de reserva de autos para a guarda particular e, após o término dos trabalhos, eles são entregues aos jurisdicionados. ■

Emenda Regimental n.º 7 ganha versão impressa

DISTRIBUIÇÃO DOS EXEMPLARES JÁ FOI INICIADA



No mês de novembro, a edição atualizada do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região ganhou versão impressa. Mais de dois mil exemplares foram impressos, segundo informações da diretora da Divisão de Produção Editorial (Diedi), Lucimar Nunes, para distribuição, inicialmente, aos gabinetes dos desembargadores. Paulatinamente, o documento será entregue a todos os juízes federais, diretores de vara, às subseções judiciais, às bibliotecas das seccionais e conveniadas, às coordenadorias processantes, além dos órgãos que possuem um intercâmbio com o Tribunal, conforme garante a diretora do Centro de Estudos e Apoio Organizacional, Wânia Maríça: “a intenção de distribuir o regimento é dar conhecimento sobre o documento e, para os que preferem, manuseio.”

As modificações constantes da emenda regimental n.º 7 foram aprovadas pelo plenário do TRF no dia 26 de agosto. Entre as alterações aprovadas estão as adequações do Regimento Interno ao Código de Processo Civil e às resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

Segundo o presidente da comissão responsável pelas propostas de alteração do documento, juiz Tourinho Neto, “foi necessária a mudança porque estava havendo muitos conflitos de competência entre a 1.^a, 3.^a e a 4.^a seção, isso fazia atrasar os julgamentos e por isso foi preciso redistribuir as matérias que devem ser julgadas”, diz ele. Integraram a comissão os desembargadores federais Reynaldo Fonseca e Mônica Sifuentes, e os trabalhos contaram com o auxílio do juiz federal José Alexandre Franco.

O regimento é modificado toda vez que há necessidade de atualizá-lo, em face de alterações dos códigos de Processo Civil (CPC), Processo Penal (CPP), de leis extravagantes que interfiram em procedimentos do Tribunal, de exigências do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no interesse do próprio Tribunal em fazer mudanças para melhorar sua atuação. Seguindo, Tourinho completa: “O Regimento é a lei do Tribunal, das seções judiciárias, dos servidores; deve,

como toda lei, estar sempre atualizado para bem servir a todos. Deve, como toda lei, ser cumprido, sem jeitinhos casuísticos.”

Em razão da urgência exigida pelo presidente do Tribunal, desembargador Olindo Menezes, os trabalhos foram diferentes se comparados com as edições anteriores. A Comissão, auxiliada pelo juiz federal José Alexandre Franco, formulou um anteprojeto e pediu sugestões aos demais juízes da Casa e ao diretor-geral, dando-lhes o prazo máximo de dez dias para apresentá-las, relatou Tourinho Neto. Ele disse que foram poucas reuniões e que, na sessão para apreciação, não poderiam ser apresentadas sugestões. Era discutir, aceitar, rejeitar ou alterar o que já estava no anteprojeto.

Para o presidente da comissão, um dos pontos mais importantes da alteração é a mudança na competência para o processo e julgamento das multas, que era, pela emenda anterior, a n.º 6, da competência da 4.^a Turma. Hoje, “os feitos que versarem sobre multas serão da competência da seção que tratar da matéria de fundo. A multa deixou, portanto, de ser um critério definidor de competência; a alteração da competência do Plenário, que, por exemplo, deixou de eleger os juízes para os TRE, competência, hoje, da Corte Especial; a fixação do prazo de dez dias para os juízes da Corte corrigirem e devolverem as notas taquigráficas; a obrigação de os juízes obedecerem ao momento de votar”, destaca.

De acordo com Tourinho Neto, as modificações atingem a todos e têm repercussão no Ministério Público Federal, na Defensoria Pública da União, nas procuradorias autárquicas, advogados e jurisdicionados. “Os benefícios serão muitos, além das novas atribuições que foram dadas ao presidente, que terá maior agilidade para administrar a Casa e as seções”, afirmou.

A versão da Emenda Regimental também está disponível para consulta no sítio do Tribunal e localizada em um dos *banners*, intitulado de Regimento Interno n.º 7, no lado esquerdo da página. ■

Mutirão “Judiciário em Dia” chega ao TRF da 1.ª Região

PROJETO PREVÊ O JULGAMENTO DE CERCA DE
57 MIL PROCESSOS EM SEIS MESES

CHICO CAMARGO

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), representada pela corregedora, ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon e pelo corregedor-geral da Justiça Federal, o também ministro do STJ Francisco Falcão, assinaram, no dia 18 de novembro, no Salão Nobre do Tribunal, acordo para julgar cerca de 57 mil processos, todos autuados até 2006 e abrangidos pela Meta 2 do CNJ. A intenção é diminuir o tempo de julgamento dos processos de tal forma que se possibilite a redução dos acervos dos gabinetes.

A adesão do TRF ao Projeto Mutirão “Judiciário em Dia” envolve a convocação pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal de 14 juízes federais indicados pelo presidente Olindo e pelo corregedor regional do Tribunal, Cândido Ribeiro. Os convocados irão compor sete turmas suplementares, que deverão cumprir a meta 2 correspondente aos anos de 2009 e 2010. Reduzir a quantidade de processos nos gabinetes submetidos ao mutirão e, dessa forma, acelerar a prestação jurisdicional por meio da conciliação com os grandes demandantes da Justiça Federal são os objetivos do acordo celebrado. O projeto terá duração de seis meses, a contar da primeira sessão de julgamento, prevista para acontecer em fevereiro de 2011.

Para regulamentar o funcionamento do mutirão a ser feito pela primeira, terceira e quarta seções especializadas do TRF, foi aprovada, em reunião da Corte Especial Administrativa, no dia 18 de novembro, por maioria, a Resolução/Presi/Cenag 25. O documento, composto por 10 capítulos, traça diretrizes, determina competências e enumera pro-

cedimentos a serem aplicados durante as atividades do mutirão.

Além disso, a Resolução 25 justifica a implementação do Projeto Mutirão “Judiciário em Dia” no âmbito do TRF da 1.ª Região, mediante a grande quantidade de processos em tramitação que, juntados àqueles que chegam diariamente, têm a tramitação emperrada pela inevitável acumulação. O documento prossegue elencando uma série de problemas que interferem diretamente no ritmo dos trâmites processuais: insuficiência de espaço físico, de equipamentos de informática e, principalmente, reduzidíssimo quantitativo de pessoal, o que impede a criação de gabinetes individuais para os magistrados convocados, e de unidades cartorárias autônomas para cada órgão julgador em regime de mutirão. Apesar de todas essas dificuldades, a Resolução reafirma o propósito da Administração da Corte de cumprir o princípio constitucional da razoável duração do processo e buscar soluções para tornar possível o julgamento das causas.

De imediato, servidores dos gabinetes que participarão do projeto começaram a organizar e preparar os processos para triagem.

Os processos a serem selecionados tratam, em sua grande maioria, de matéria previdenciária. Contrariando o senso comum, que diz que, ao se julgar um processo, se resolvem outros mil, explicou o presidente Olindo Menezes que “o processo será estudado, e preparado o relatório e o voto, porque não se julga de uma hora para outra; é necessário conhecer o caso, e a matéria previdenciária depende de provas para se verificar o direito. Não se trata de julgar uma tese, que não envolva pessoas. A matéria previdenciária exige apreciação individual. Cada caso é um único caso”,



ZENZO OTTAVIUS

Presidente Olindo Menezes ladeado pelos ministros Eliana Calmon e Francisco Falcão

ensinou o desembargador. Os autos serão atribuídos aos juízes convocados.

Criado pela Corregedoria Nacional de Justiça, o projeto consiste em força-tarefa que auxiliará os gabinetes dos magistrados na adoção de rotinas de trabalho mais modernas e racionais, buscando reduzir o acervo de processos dos tribunais regionais federais. O resultado esperado é que, em decorrência da tramitação mais rápida das demandas judiciais, haja mais eficiência na prestação jurisdicional.

O presidente Olindo Menezes mostrou-se esperançoso com o mutirão e destacou a importância do acordo para o TRF da 1.ª Região pelos resultados a serem obtidos, principalmente na área previdenciária: “a gente fica angustiado ao saber que um gabinete tem 17 mil processos a julgar”, comentou.

O corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Francisco Falcão, disse que o Tribunal poderá contar com o auxílio do Conselho da Justiça Federal (CJF) “nesta tarefa de levar a Justiça de forma mais célere ao cidadão, já que essa é a nossa missão”. “O TRF terá todo apoio orçamentário e financeiro por parte do CJF para levar à frente o mutirão”, garantiu Falcão.

A ministra Eliana Calmon falou de sua grande preocupação desde que assumiu a Corregedoria Nacional de Justiça, considerando que o “atraso da prestação jurisdicional gera

inconformismo na sociedade. E isso nós precisamos reverter”. Ao referir-se ao funcionamento do mutirão, a ministra corregedora explicou que “esse é um projeto diferente porque, ao mesmo tempo em que fazemos esse esforço concentrado para o julgamento dos processos, nós estamos também viabilizando o funcionamento dos gabinetes, mostrando boas práticas cartorárias; como deve funcionar um gabinete modelo”.

Na opinião da corregedora, a morosidade da Justiça se deve a uma série de fatores, como a falta de servidores, a deficiência de informatização, a cultura da burocracia processual, entre outros. “Precisamos de uma nova mentalidade na Justiça. Temos que funcionar como uma empresa privada, cujo lucro está na resolução dos processos”, conclamou Eliana.

Durante o período de execução do projeto “Judiciário em Dia”, todas as atividades desenvolvidas e as rotinas aplicadas na tramitação dos processos até o término dos procedimentos judiciais serão registradas, a fim de que as boas práticas documentadas e a sistemática aperfeiçoada possam ser replicadas em outras unidades jurisdicionais. Além disso, as corregedorias acompanharão a execução dos trabalhos dos gabinetes por 180 dias, após encerrado o mutirão, para avaliar o desempenho e validar as rotinas implementadas. ■



Mutirão agiliza tramitação de processos sobrestados

GRUPO DE TRABALHO CATALOGA, POR TEMA, MILHARES DE FEITOS JULGADOS NO TRF QUE AGUARDAM DECISÃO VINCULANTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

RICARDO CASSIANO

A Coordenadoria de Recursos do TRF da 1.ª Região (Corec/Secju), em trabalho de mutirão conjunto com a assessoria da Presidência (Presi/TRF), vem identificando, detalhadamente, milhares de processos julgados no Tribunal, mas que aguardam definição quanto aos recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dos cerca de 20 mil feitos mantidos na coordenadoria, em mais de sete mil houve apelação da parte vencida, por meio de recurso especial (Resp), que é apreciado pelo STJ, ou recurso extraordinário (RE), de competência do STF.

Pelo Código de Processo Civil, contudo, nem todos os recursos podem ser admitidos nos tribunais superiores. De acordo com o artigo 543, os Resp que são idênticos quanto à matéria e às teses – chamados de repetitivos pelo STJ – e os RE, que também têm natureza semelhante e não podem “subir” devido ao crivo da repercussão geral, ficam sobrestados no tribunal de origem até que o STJ ou o Supremo publiquem decisão sobre um ou mais processos representativos daquele tema, encaminhados pela Presidência ou Vice-Presidência do TRF. A determinação é, então, aplicada a todos os demais feitos sobrestados, por meio da Súmula Vinculante.

Entretanto, a aplicação do efeito vinculante – e, conseqüentemente, a tramitação dos processos sobrestados após tomarem as decisões os tribunais superiores – era feita de forma precária pela Corec. Isso acontecia devido à grande variedade de temas, ou “paradigmas”, gerados nos julgamentos do STJ e do STF e a problemas na identificação desses codinomes com os processos a eles relacionados. A constatação e a busca por uma saída se deram durante reuniões entre o diretor da Secretaria Judiciária (Secju), Ricardo Paulo Tomaz, e o chefe da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários (Asret), Otto Modesto de Souza Junior, sempre acompanhadas pela diretoria da Corec. A juíza federal em auxílio à Vice-Presidência, Luciana Pinheiro, sugeriu, então, que fosse desenvolvida uma ferramenta para a indexação dos processos com o respectivo tema jurídico que motivou o seu sobrestamento. Após a Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) desenvolver o sistema,

Instrumento constitucional criado em 2004, por meio da Emenda Constitucional n.º 45. De acordo com o artigo 103-A da Constituição, o STF pode, mediante decisão de dois terços de seus membros, aprovar súmula, com efeito vinculante, que deverá ser seguida por todos os órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

surgiu a ideia de criar o mutirão para selecionar os feitos.

Mão na massa

No dia 18 de outubro, o grupo de trabalho iniciou a triagem de todos os processos e o seu cadastramento na nova ferramenta de controle. Foram destacadas duas servidoras, da Asret e da Secretaria-Geral da Presidência (Segep), além de um servidor, um prestador de serviço e um estagiário da Coordenação de Recursos. A identificação é feita de forma manual, em cada um dos processos físicos armazenados na Corec. “O servidor responsável por essa análise verifica principalmente quais os temas a serem criados através de orientação da assessoria da Presidência, ou se os temas encontrados nos autos que estão sendo analisados correspondem a algum tema já criado”, explica o diretor da Corec, Marcos Alvim Pereira. Até o fim de novembro, o mutirão já havia concluído a triagem de quase 4.000 processos e identificado mais de 170 temas diferentes.

Em um dos tópicos mais frequentes – Repetição de indébito tributário. Prescrição e decadência – foram incluídos 640 feitos similares. Esses processos são relacionados à extinção de crédito tributário referente a valores pagos indevidamente ao fisco. As centenas de contribuintes ingressaram com ações para tentar a restituição perante a Fazenda Nacional. Todos questionam a Lei Complementar 118/2005, que determinou a aplicação retroativa da norma que, ao interpretar um artigo do Código Tributário Nacional, reduziu de dez para cinco anos, desde o pagamento indevido, o prazo para o contribuinte buscar a devolução dos valores pagos.

Quando o processo similar que está sendo julgado pelo STF tiver o acórdão publicado, todas essas 640 ações também terão um destino, seja a negação de admissibilidade do recurso extraordinário, seja a devolução para nova apreciação pelo desembargador federal. “A matéria catalogada por assunto facilitará muito o trânsito na hora de caminhar para a Presidência ou Vice deste TRF para tomar uma decisão”, destaca o diretor da Corec. Para o servidor, a celeridade é o principal objetivo do mutirão. Com todos os temas devidamente separados e organizados, os processos tramitarão sempre juntos e de forma mais rápida. “O mutirão vai resultar no sobrestamento mais exulto, de forma mais

Trâmite RE e Resp

De acordo com o artigo 543 do Código de Processo Civil:

Os recursos nos processos repetitivos (Resp) e nos processos de repercussão geral (RE) não podem subir aos tribunais superiores até que seja publicado acórdão sobre outro processo relacionado à mesma matéria. Após a publicação:

- Os Resp terão seguimento negado caso o acórdão recorrido coincida com a orientação do STJ ou, caso contrário, serão novamente examinados pelo tribunal de origem.
- Os RE serão apreciados novamente pelos tribunais de origem, turmas de uniformização ou turmas recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se, conforme decisão do STF.
- Em ambos os casos, se os recursos não forem admitidos, caberá a interposição de agravo de instrumento ao STJ ou STF, mas a jurisprudência já consolidada deverá prevalecer.

Processos na Corec

Atualmente existem mais de 20 mil feitos sobrestados na Coordenadoria de Recursos do TRF da 1.ª Região. Destes, 7.124 são processos de repercussão geral (STF) ou repetitivos (STJ). Até o fim de novembro, o mutirão da Corec catalogou quase 4.000 processos e identificou mais de 170 temas diferentes.

segura (...) e os processos serão enviados de forma total para a tomada de decisão, sem que haja decisão de um mesmo tema em períodos diferentes”, afirma.

A previsão da assessoria da Presidência é que o mutirão encerre as atividades até o dia 10 de dezembro, com cerca de 4.500 feitos catalogados. A identificação do restante dos processos repetitivos e de repercussão geral – cerca de 2.600 – está a cargo da Vice-Presidência. Os feitos já foram encaminhados à Corec e devem ser classificados, dentro do mesmo prazo, com o apoio de dois servidores que serão cedidos para concluir os trabalhos. ■

AMAZONAS

10.^a edição da feira de saúde



“Motivação nas Organizações” foi o tema escolhido para a 10.^a edição da Feira de Saúde da SJ/AM, realizada em 19 de novembro, no plenário Encontro das Águas do edifício Rio Solimões.

Na abertura oficial, a diretora do Foro, juíza federal Jaiza Fraxe, falou sobre a importância do evento. Na ocasião, agradeceu aos profissionais e empresas que prestigiaram o evento, parabenizou a Administração, representada pelo diretor da Secad, Edson Silva, e os membros do Programa Vida Legal da seccional, pela organização da feira.

Mais de 60 pessoas prestigiaram a palestra “Motivação para trabalhar e viver bem”, proferida pela professora e doutora em Psicologia do Desenvolvimento Humano, com ênfase em comportamento organizacional, Maria da Glória Vitório. Ao final, ela recebeu certificado em nome da diretoria do foro.

Aos visitantes da Feira de Saúde foram oferecidos exames variados, aplicação de vacinas, teste de glicemia, aferição da pressão arterial e fisioterapia geral. Houve demonstrações de serviços de estética facial e odontológica. Um coquetel oferecido pelo Programa Vida Legal/AM, com música ao vivo, encerrou a feira.

AMAPÁ

12.^a Semana do Dentinho



Em sua 12.^a edição, a semana do entinho realizada pela Seção de Bem-Estar Social (Sebes/AP) foi aberta no dia 16 de novembro, com palestra ministrada pela dentista Cristina Gradella, odontopediatra. O tema trouxe informações sobre a higiene e cuidado bucal dos recém-nascidos. Houve também apresentação do teatro “o encontro da dona cárie com a dona higiene”, encenado pela servidora Marineide, diretora da secretaria da 3.^a Vara, e pela odontóloga perita da seccional, que trouxe descontração aos participantes e incentivou de forma lúdica a prática da escovação dos dentes e outras atitudes para evitar a cárie. O evento teve ainda a participação do SESC/AP com a exibição de vídeo demonstrativo dos cuidados para manutenção da saúde bucal das crianças.

BAHIA

Ministra Eliana Calmon reúne-se com juízes baianos, CNJ e CJF para preparar mutirão na 1.ª Região



A ministra do Superior Tribunal de Justiça e corregedora-geral do CNJ, Eliana Calmon, participou no dia 26 de novembro, na Seção Judiciária da Bahia, da primeira reunião preparatória para o mutirão de conciliação, apoiado pelo CNJ e pelo CJF. Coordenado pela seccional a e pela Engea, o mutirão ocorrerá entre 16 de março e 17 de abril.

A juíza federal diretora do Foro, Cynthia de Araújo Lima Lopes, estava presente, assim com os demais juízes federais do órgão. Na ocasião, a juíza Ana Carolina Dias explicou como se desenvolveria a Semana Nacional de Conciliação, com processos dos Juizados Especiais Federais e do Sistema Financeiro da Habitação.

A juíza federal Daldice Maria Santana Almeida, do TRF/3.ª Região, relatou a experiência bem-sucedida na Semana de Conciliação realizada em junho, em processos referentes ao Sistema Financeiro da Habitação, quando foram analisadas centenas de processos que tramitam na Justiça Federal de 1.º grau de São Paulo e, em grau de recurso, no TRF da 3.ª Região.

A ministra Eliana Calmon afirmou que a experiência do CNJ e do CJF nos mutirões e o apoio que os conselhos darão à Bahia certamente colocarão o estado em primeiro lugar no total de conciliações.

MARANHÃO

Workshop Meta 5 no Maranhão – resultado positivo



Foi realizado no mês de novembro o workshop “Meta 5 – gerenciamento de rotinas nas unidades judiciárias da Justiça Federal”. A sessão de encerramento do evento contou com a presença do diretor do Foro, José Carlos Madeira, dos juízes Nelson Loureiro dos Santos e Clodomir Sebastião Reis, do Maranhão, e Márcio Braga Magalhães e Carlos Augusto Pires Brandão, da Seção Judiciária do Piauí. O workshop, promovido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), é direcionado aos magistrados e diretores de secretaria das seções judiciárias. A Meta 5 visa implantar método de gerenciamento de rotina (gestão de processos) em 50% das unidades judiciárias de primeiro grau.

Márcia Luca Borges, do Conselho da Justiça Federal, fez um balanço dos três dias de trabalho e avaliou positivamente o resultado, ressaltando a participação efetiva dos magistrados e servidores que contribuíram decisivamente para o sucesso do evento.

O diretor do Foro manifestou satisfação com a iniciativa e garantiu que não faltará empenho e entusiasmo para levar o trabalho adiante. Ele concluiu agradecendo a participação e a presença de todos.

MINAS GERAIS

Correição na Justiça Federal

SECOJMG



A Correição Geral Ordinária na Justiça Federal de Minas Gerais foi iniciada no dia 22 de novembro. O corregedor-geral da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador Cândido Ribeiro, e o diretor do Foro em exercício, juiz federal João Batista Ribeiro, compuseram a mesa de honra da cerimônia de abertura.

Na ocasião, o desembargador Cândido, em breves palavras, destacou a eficiência do funcionamento e a organização das varas da seccional de Minas, e afirmou: “a Seção Judiciária de Minas Gerais é considerada modelo na 1.ª Região”. A correição ordinária foi realizada nas varas das subseções judiciárias de Sete Lagoas e Divinópolis.

A Correição Geral Ordinária foi encerrada no dia 3 de dezembro, na sede do órgão, em Belo Horizonte. Formaram a mesa de honra da solenidade o corregedor-geral da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador Cândido Ribeiro, o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, e o coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, desembargador federal Tourinho Neto.

O diretor do Foro fez breves considerações sobre o relevante papel da correição ordinária na verificação de eventual equívoco procedimental. Segundo o diretor, esse diagnóstico auxiliará na busca pelas melhores soluções, que levarão ao aperfeiçoamento da instituição como um todo. O desembargador Cândido Ribeiro, de forma assertiva, destacou a franca evolução observada nos Juizados Especiais Federais, que, segundo ele, apresentaram algumas dificuldades há alguns anos, mas que estão, em sua maioria, superadas. “No todo, a Justiça Federal de Minas Gerais está funcionando muito bem, essa é a verdade”, assegurou o corregedor. Concluiu agradecendo o apoio recebido da administração do Foro e dos juizes e servidores que o auxiliaram durante os trabalhos correccionais.

PARÁ

Seccional agora tem galeria de diretores do Foro

SECOJSPA



A Seção Judiciária do Pará inaugurou, no dia 5 de novembro, a Galeria de Diretores do Foro, que expõe as fotos ou faz referência a todos os magistrados que dirigiram a seccional, desde a implantação da Justiça Federal no Estado, em 1967, até agora. A galeria está instalada no hall do auditório da seccional.

O presidente Olindo Menezes participou da solenidade juntamente com o diretor do Foro, juiz federal Daniel Sobral; com o desembargador federal Daniel Paes Ribeiro; com o juiz federal em auxílio à Presidência, Alexandre Franco, e com o presidente da OAB/PA, Jarbas Vasconcelos, além de magistrados e servidores.

O diretor da Seccional, Daniel Sobral, ressaltou que a galeria é uma forma de preservar a memória da instituição e de registrar a atuação de magistrados que passaram pela Diretoria do Foro.

Em discurso, o presidente Olindo fez referência especial ao ministro José Anselmo Santiago, que dirigiu a Justiça Federal no Estado por 22 anos, e também observou que a memória da Justiça Federal precisa ser preservada.

RONDÔNIA

Justiça Federal doa material descartado à Vila Princesa



Servidores, magistrados da Justiça Federal do Pará, seus familiares e prestadores de serviço participaram, no dia 8 de outubro, da Missa em Ação de Graças para celebrar o Círio de Nazaré.

A missa foi celebrada no auditório da Seção Judiciária pelo monsenhor Raimundo Possidônio, da Arquidiocese de Belém, e contou com a participação do grupo musical "Dom de Deus", da Paróquia de Santa Edwiges.

Na manhã de 11 de outubro, um grupo de servidores entregou leite, brinquedos e livros infantis a uma creche que atende cerca de 170 crianças carentes e em situação de risco. O Grupo Paravida, que assiste portadores de HIV, também recebeu alimentos não-perecíveis.

CASTANHAL

Mutirão no JEF



Foi realizado mutirão na Subseção Judiciária de Castanhal, no período de 22 a 30 de novembro. A unidade do Sesi localizada em Castanhal foi sede dos trabalhos, coordenados pelo juiz federal José Valterson de Lima e pela Cojef.

Durante o mutirão ocorreram cerca de 3.600 audiências, com 2.428 acordos (69,06%), gerando a expedição de 2.205 RPVs e contabilizando um total de R\$ 9.695.490,29.

Participaram do mutirão os magistrados federais Ademar Aires Pimenta da Silva, Ailton Schramm de Rocha, Clemência Maria Almada Lima de Angelo, Clodomir Sebastião Reis, Dayana de Azevedo Bião de Souza, Francisco Alexandre Ribeiro, Francisco Hélio Camelo Ferreira, Grigório Carlos dos Santos, João César Otoni de Matos, Warney Paulo Nery e José Valterson de Lima.





O imposto sobre grandes fortunas

A deputada Luciana Genro levou à Câmara dos Deputados projeto de lei complementar objetivando regular o imposto sobre grandes fortunas, tendo sido aprovado o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa.

Nada obstante sua aprovação, tenho sérias dúvidas sobre sua constitucionalidade.

Se analisarmos a experiência internacional e o direito comparado, verificaremos que, em nenhum país do mundo, o tributo teve o efeito confiscatório que terá aquele apresentado pela deputada gaúcha.

Rogério Gandra Martins e Soraya Locatelli, no livro que, com Rogério e Paulo Rabello de Castro, coordenei, e que foi veiculado pela Fecomercio sob o título "Tributos no Brasil: Auge, declínio e Reforma", mostram que a maioria dos países que o adotaram, abandonaram-no pela pouca efetividade de arrecadação, pela dificuldade em definir os patrimônios atingíveis e pela fuga de poupança e investimentos que promoveu.

Na Alemanha, o imposto foi introduzido como suplementar sobre a renda, e declarado inconstitucional, em 1995, pelo Tribunal Constitucional por ter sido considerado imposto confiscatório. Os Estados Unidos, o Canadá e a Inglaterra estudaram em profundidade a viabilidade de sua imposição e abandonaram a ideia de implantá-lo.

Na Itália, o tributo foi instituído em 1946, como tributação ocasional, mas dele se desistiu em 1973/74, quando sua forma definitiva foi rejeitada pelo Parlamento.

No Japão, institucionalizado em 1950, foi retirado do sistema em 1953. Na Irlanda, introduzido em 1974,

foi retirado em 1978. Na Espanha, Zapateiro baseou sua campanha na supressão do imposto, lastreado em pesquisa segundo a qual 59% da sociedade o rejeitava.

Na Suíça é o imposto mais antigo (1% no máximo sobre o patrimônio), sendo cobrado pelos cantões.

Os poucos países que o adotam, estabeleceram alíquotas baixas. Finlândia: máximo, 0,9% ; Islândia: máximo, 0,6% ; Luxemburgo: 0,5%; Noruega: de 0,9 a 1,1%; e Suécia: 1,5%.

Nesses países, a qualidade dos serviços públicos é de tal nível, que o cidadão não tem que se preocupar com nada: aposentadoria, saúde, educação, etc. O Estado de tudo cuida.

Em estudo elaborado para o nosso livro, Fátima Fernandes Rodrigues de Souza e Patrícia Fernandes de Souza Garcia mostram que, na França, o tributo criado sob o rótulo de "imposto de solidariedade sobre a fortuna" transformou-se numa "vaca sagrada dos hindus", sendo chamado por alguns "L'impôt du diable". As alíquotas variam de 0,55% a 1,80%. Há, entretanto, tantas deduções permitidas e tantas restrições quanto aos bens passíveis de tributação, que as alíquotas reais sobre o patrimônio global normalmente são reduzidas pela metade.

Ora, no projeto da deputada gaúcha, as deduções são praticamente nenhuma, a alíquota mínima é de 1%, para quem tiver bens superiores a dois milhões de reais, e de até 5%, para quem tiver bens superiores a 50 milhões de reais.

Não há parâmetro no mundo para alíquotas tão elevadas!

Tributação desse teor propiciará que, em menos de 20 anos, os empresários nacionais tenham passado todo o seu patrimônio para o Estado.

Um empresário que tenha uma empresa no valor de 1 bilhão de reais terá que entregar 50 milhões por ano para o Estado, em ações, ou vendê-las para obter os recursos necessários.

Ora, o artigo 150, inciso IV, da Lei Suprema está assim redigido: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: IV - utilizar tributo com efeito de confisco".

Nada se enquadra tanto na vedação do dispositivo constitucional quanto este imposto. Lembre-se que dois impostos já incidem sobre o patrimônio de forma direta (IPTU e IPVA – imóveis e carros) e dois outros indiretamente (transmissões não onerosas e imobiliárias onerosas).

O aspecto mais curioso, todavia, é que o patrimônio a ser confiscado, no nível das alíquotas previstas, é o patrimônio já profundamente desfalcado pela série de tributos que levam a carga tributária do Brasil (tributos e penalidades) a mais de 37% do PIB!

A meu ver, tal exigência não poderá deixar de ser considerada inconstitucional, pois o efeito confisco é inequívoco.

Uma segunda inconstitucionalidade é evidente. A Constituição impõe princípios e normas que devem parametrar a produção da legislação infraconstitucional.

O imposto que consta da previsão constitucional não

é um imposto sobre solidariedade. Não é também um imposto sobre "riqueza", que é menor que "fortuna". Nem mesmo é um imposto sobre "fortunas". É um imposto em que adjetivação tem particular relevância, vale dizer, é um imposto sobre GRANDES fortunas.

Ora, considerar que um cidadão que tenha um imóvel de 2 milhões de reais, ou seja, menos de um milhão de euros seja detentor de GRANDE FORTUNA, é, na verdade, ou ser um analfabeto, que deveria estudar de novo o seu idioma, ou um profundo desrespeitador da Lei Suprema, reconhecendo que, ao arrepio do que prevê a Constituição, a intenção é criar um imposto que atingirá, principalmente, toda a classe média.

Como a Constituição tem um primado sobre todas as leis complementares e ordinárias, à evidência, o projeto que tributa valores que não são fortunas, nem grandes fortunas é de manifesta inconstitucionalidade.

Resta um último aspecto. Na justificação de motivos diz o relator na CCJ que, de rigor, não é um imposto sobre grandes fortunas, mas complementar da renda. Ora, para ser um imposto complementar de renda deveria pressupor um acréscimo patrimonial (art. 43 do CTN) e não o patrimônio estático, no que resulta numa terceira, aguda, inconstitucionalidade, além da ilegalidade.

Espero que o projeto seja rejeitado pelo Congresso, mas, se não o for, dificilmente passará pelo controle concentrado de constitucionalidade da Suprema Corte. ■

* Professor emérito da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região



COM

Servir, além de ser SERVIDOR PÚBLICO!

Estamos em dezembro, época em que a maioria das pessoas corre mais que o normal para fechar relatórios, encerrar trabalhos para entrar no novo ano com energia renovada e sem ganchos com o ano que passou.

Vejo com alegria muitas árvores de natal nas recepções de várias instituições, douradas, prateadas, rústicas, iluminadas! Um desfile de criatividade e bom gosto para nos lembrar a todo minuto que é Natal!

Normalmente a ideia de Natal está ligada a festas, comilanças, presentes, viagens, recesso, amigo secreto! Porém o Natal é muito mais que isso. Podemos refletir sobre a espiritualidade, moral, bem maior... e esse pensamento nos transporta além da nossa realidade previsível, segura e burocrática.

Com frequência ignoramos outras realidades. Sabemos por meio de jornais que existe carência, dor e tristeza, miséria, mas não na nossa vizinhança.

Sabemos que existem pessoas em situação de risco, pobreza extrema, sofrendo por adoecimento, abandono, ou outras dores. Muitas delas não tive-

ram chances para sonhar, para trilhar seus caminhos ou mesmo para descobrir seus talentos. As tristezas que vemos na TV não acontecem só na África ou no Haiti, acontecem também não muito distante do nosso conforto. A desolação está mais perto do que pensamos.

Vendo a febre que nos leva a invadir shoppings, quero refletir com você sobre o outro lado do Natal e lhe pergunto: Você já pensou em participar de algum voluntariado? Já visitou uma creche? Um lar de idosos? Visitou doentes?

É fácil entender que o principal empenho é para crescer profissionalmente, ter reconhecimento, cuidar bem de sua família. Talvez você possa estar pensando que já trabalha demais e está cansado, etc. Possivelmente você não encontrou ainda uma forma de ser solidário, de servir.

Muitos que estão lendo este texto são servidores públicos, o que normalmente é uma grande conquista profissional! Mas num sentido mais ampliado servir é entendido negativamente em nossa cultura, relacionado com subserviência, ser serviçal. Mas o

comportamento comportamento comportamento portamento

entendimento deveria ser outro.

É bom e dignificante servir. Mais que aliviar o sofrimento alheio de alguma forma, quem se engaja em serviços sociais tem uma recompensa imediata, além da divina, que costumamos não perceber. É possível comprovar de forma contundente como você é vitorioso na vida, como sua família é maravilhosa, como você tem tudo para ser feliz!

O trabalho voluntário gera realização pessoal e bem-estar interior. Reúne solidariedade e amor, aliados a sentir-se valioso e socialmente útil. Servir gera o círculo virtuoso da generosidade. Quem serve sente-se em abundância, quanto mais ajuda, mais se sente recompensado!

Com alegria encontro, ao lado das árvores de natal, caixas de doações, e convite para participar de ações sociais promovidas pelas instituições ou pelos próprios servidores públicos. Aplaudo ideias criativas como adotar estudantes carentes por meio de doação, contribuir com cotas para compra de material escolar, adotar simbolicamente crianças de creches, por meio de contribuições mensais, campanhas pa-

ra doação de sangue e de órgãos, fazer doação de roupas, brinquedos, livros didáticos, cestas básicas e tantas coisas mais. Tudo isso é valioso e necessário.

Então, enquanto você fecha o ano de 2010 e planeja 2011, faça um convite: Além de desfrutar das luzes cintilantes, do convívio familiar e social, dedique um tempo para separar coisas, móveis de que não precisa mais, roupas que não usa, nem seus filhos, e faça uma doação. Escolha um grupo que o sensibilize e vá visitá-los, leve as doações pessoalmente.

Podem ser grupos de crianças, idosos, adolescentes em risco, mães solteiras, doentes, muitos precisam... Permita-se conhecer um pouco dessa realidade, você vai descobrir uma dimensão especial nas relações sociais, que é o prazer de servir, de se engajar em algum serviço voluntário.

Acredito que sua visão crítica sobre sua própria vida vai mudar para melhor. Seu coração ficará mais leve pela sua ação generosa e também vai reconhecer o quanto sua vida e família são ABENÇOADOS...

Desejo um natal de harmonia e 2011 de especiais realizações! ■

*Professora universitária e consultora organizacional

Charme, realeza e velocidade no principado de Mônaco

CARREGO EM MINHA BAGAGEM DE VIDA MUITAS LEMBRANÇAS. NESSE BAÚ DE MEMÓRIAS, TENTEI VIVENCIAR INTENSAMENTE CADA MOMENTO. TODAS AS ATIVIDADES QUE PRATICO COMO HOBBY SÃO SEMPRE CERCADAS DE MUITO ZELO E PROFISSIONALISMO. JÁ FUI PILOTO OFICIAL DE COMPETIÇÃO, E ACELERA EM MINHAS VEIAS O FRISSON CONTIDO NA VELOCIDADE, E É PARA MÔNACO QUE CONVIDO VOCÊ, LEITOR, A VIAJAR COMIGO NESTA EDIÇÃO. A ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO ADEQUADA DO ACERVO PARA GARANTIR O ACESSO AOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

▼ EUVALDO SOARES DE PINHO*





Desfile das marvinas-charme



Tietes brasileiras



E

u, minha esposa e mais três casais nos encontramos em San Remo, Itália, onde o veleiro "BWANA PASHA" nos aguardava, para mais uma etapa de minha navegação no qual após uma bela faxina zarpamos para a baía de Mônaco. Em San Remo, tão próximo do Principado, do charme da realeza e às vésperas

do GP de Fórmula 1 em Mônaco, era praticamente impossível não imaginar aquelas sinuosas ruas servindo de palco para uma das disputas mais competitivas, velozes e glamourosas: o Grande Prêmio, que ocorre anualmente.

Daí, estando tão perto, não me furtei a viver aquele momento num lugar em que toda e qualquer pessoa de bom-senso não titubeia em afirmar que não entende como uma corrida de fórmula um pode acontecer em ruas tão estreitas, sendo alcançadas velocidades extremas.

Mônaco é o segundo menor Estado do mundo, só perde para o Vaticano. É governado há mais de sete séculos pela família Grimaldi, originada da aristocrática república de Gênova (Itália). O maior atrativo é ser um "paraíso fiscal", garantindo sigilo bancário absoluto, cuja legislação faz de tudo para proteger a identidade dos investidores, mantendo-os no anonimato, livres de impostos sobre renda.

Fomos de trem ao Principado de Mônaco para assistir ao

Do alto - Baía de Mônaco





Cumprimentando o piloto brasileiro Ricardo Zonta



Detalhe no ombro direito - autógrafa do piloto brasileiro Cristiano da Matta



Nos telões, dia, data e hora do GP-1



Do mar - Baía de Mônaco



Box do GP-1 de Mônaco



único treino do GP de Fórmula 1. Desembarcamos na estação localizada dentro de uma montanha acima da cidade. A visão da cidade lá em baixo é impactante, e fomos presenteados com essa vista fantástica. Descendo pelas ruas estreitas e tortuosas, disparando a todo instante o obturador da minha máquina fotográfica, registrando a beleza de sua arquitetura aristocrata, nos deparamos com enormes telões onde seriam projetadas as imagens do GP. No final do dia, um tremendo torricolo surgiu de tanto me retorcer para fotografar veículos de última geração, os mais caros e potentes do mundo.

Para compensar a frustração de não poder afirmar que participei de uma competição automobilística em Mônaco, posso dizer que já percorri a "pé" os 3.340m da pista do mais charmoso circuito de Fórmula 1, que desde 1955 é disputado regularmente, apesar de alguns sérios acidentes, como o que ocasionou a morte de Lorenzo Bandini em 1967.

Até hoje o nosso piloto brasileiro Ayrton Senna é o maior vencedor do GP de Formula 1 de Mônaco. Senna conquistou a marca de seis vitórias e, com isso, era conhecido como "o rei de Mônaco". Por diversas vezes, quebrando o protocolo, deu

banho de champanhe na família real durante a premiação.

Sentimos na pele a excitação e o cheiro da adrenalina no ar. A cidade fervilhava juntamente com as pessoas, todas procurando ouvir a música ensurdecadora das máquinas velozes da competição. Nesse lugar, naquela semana, naquele dia a magia estava solta no ar por meio do circo da fórmula 1 instalado no Principado de Mônaco.

A cidade acaba ficando pequena para a quantidade de gente. Por absoluta falta de espaço, o estafe da fórmula um ficou restrito ao cais do porto instalado nos iates alugados e cedidos a cada uma das equipes e patrocinadores do GP, que, juntamente com os milionários de toda a parte do mundo, também em seus iates, para lá se dirigem.

Quando chegamos à área dos boxes com a máquina em punho, registrei o congestionamento na pequena baía, onde se expremiam centenas de iates com seus mais modernos equipamentos de lazer, bem como seus helicópteros. Estive pessoalmente com os pilotos brasileiros Ricardo Zonta e Cristiano da Matta, que autografaram o ombro direito e esquerdo da minha camisa, nessa ordem. De Felipe Massa

e Shummacker só consegui imagens, pois estavam no iate/box da Ferrari.

Subindo, após a curva da piscina, passamos por dentro do túnel, e ao sair encontramos uma tenda gigantesca que vendia souvenir da Ferrari: casacos, mochilas, bonés, etc. Foi aí que pudemos constatar a paixão dos italianos por essa marca, se assim podemos denominá-la. A Ferrari é “uma lenda viva”.

É chegado o momento de reabastecer o corpo, bateu a fome. Na dúvida entre um restaurante e uma lanchonete, ficamos com a segunda opção e fomos lanchar no Carrefour. Nós nos deliciamos com uma “baguete” recheada de frios variados e queijos de cabra, acompanhada por um bom vinho francês, a preço de supermercado, “trés bon”. Após o lanche e já na saída, deparei-me com uma mochila de cor vermelha ferrari, térmica e impermeável que obviamente comprei, inclusive para meus filhos.

Retornamos ao circuito da competição e seguimos em direção à curva do cassino. Ela é assim chamada por estar situada em frente ao famoso Cassino de Monte Carlo, onde todos preferiram entrar, para conhecê-lo. Fiquei do lado de fora fotografando aquelas máquinas “potentosas” (potentes): Lamborghine, Miura, Maseratti e as Ferraris em suas diversas matizes, tendo na direção estonteantes e belas mulheres. Eis o glamour!

O dia foi cedendo lugar para o acender das luzes. Retornamos a San Remo rapidamente, como Cinderela fugiu na carruagem, voltando à nossa realidade.

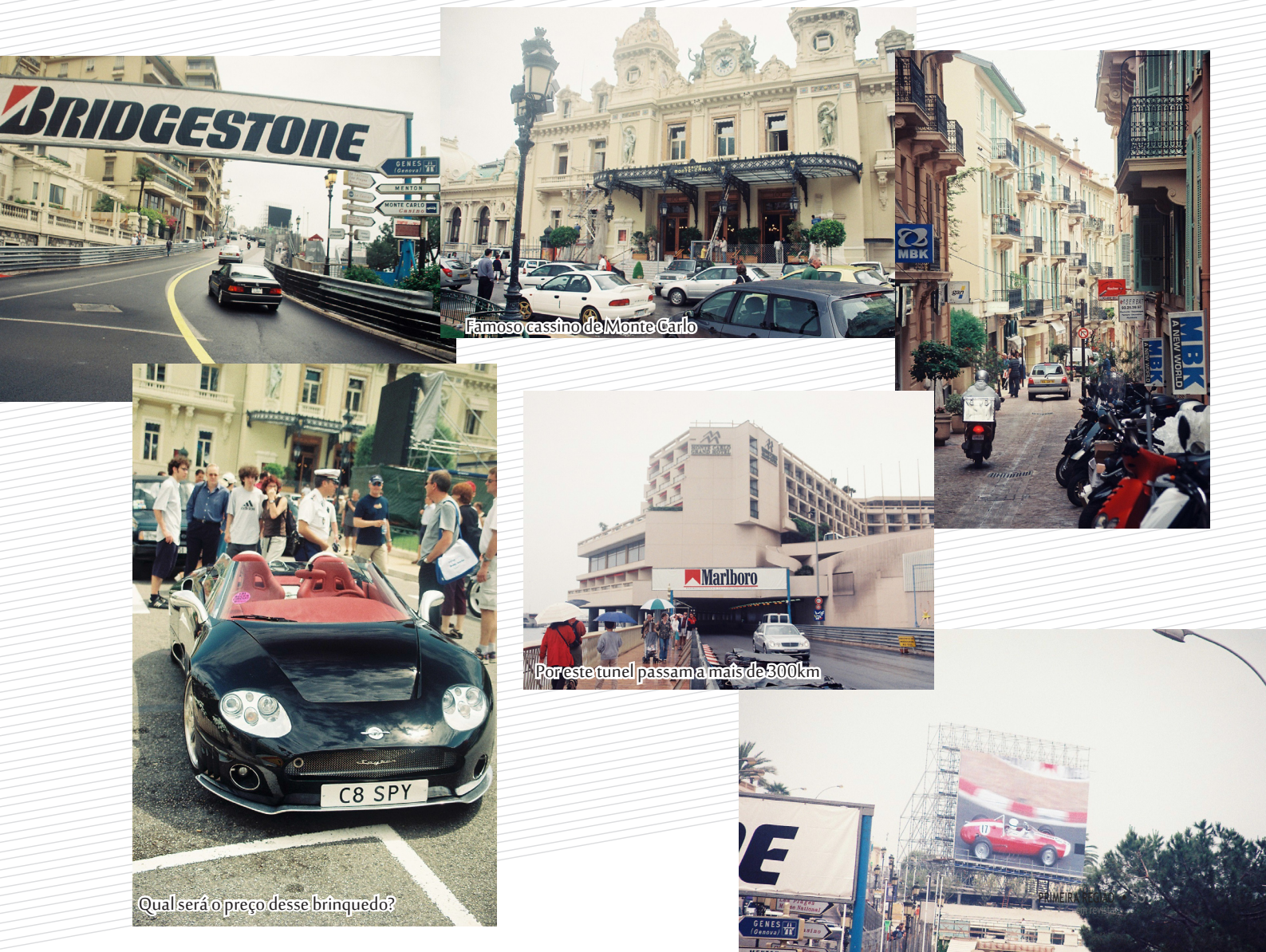
Na manhã seguinte finalmente zarpamos, portando nosso Pavilhão Nacional ao lado direito do veleiro, navegando até a baía de Mônaco, onde adentramos vagarosamente segurando o queixo, que teimava em cair, ao admirar desde antigas embarcações aos iates ultramodernos. Em um deles, que para mim seria um navio, existia em um dos bordos algo parecido com uma porta de Kombi. Para minha surpresa, ao se abrir, exibiu uma plataforma que continha quatro diferentes tipos e tamanhos de lanchas. Nunca tinha visto uma embarcação dotada de tantas opções tecnológicas.

Sendo o movimento marítimo, dentro da baía, muito intenso, tivemos que tomar cuidado com nosso humilde veleiro de 51 pés, porém dotado de uma enorme bandeira brasileira, que muito nos orgulhava, despertando as saudações e cumprimentos: BRASILEIROS!

Seguimos para Canes, onde fundeamos, para, no dia seguinte, retornar a Mônaco e, enfim, assistir à corrida. Tudo muito rápido e veloz como afinal tinha que ser. ■

*Euvaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.

Fotos e legendas do autor



Quebrando a barreira da distância

O SKYPE É FERRAMENTA PROPOSTA PELO CNJ AOS ÓRGÃOS DO JUDICIÁRIO

▀ LÉCIO LUIZ

Com mais de 22 milhões de usuários, podemos dizer que o Skype, lançado em meados de 2003, por Niklas Zennstroem e Janus Friis, seus criadores, tornou-se uma das redes sociais mais utilizadas em todo o mundo. Mas qual a verdadeira história desse aplicativo? O Skype é uma empresa globalizada de comunicação virtual que permite interação de voz e vídeo, gratuitas ou pagas, entre os usuários do *software*. O programa está disponível em 27 idiomas diferentes e é utilizado em quase todos os países. Sua renda é gerada por meio de serviços que possibilitam aos usuários comunicarem-se via telefones fixos e celulares, caixa de mensagem, transferência de chamada e personalização, incluindo tons de chamada.

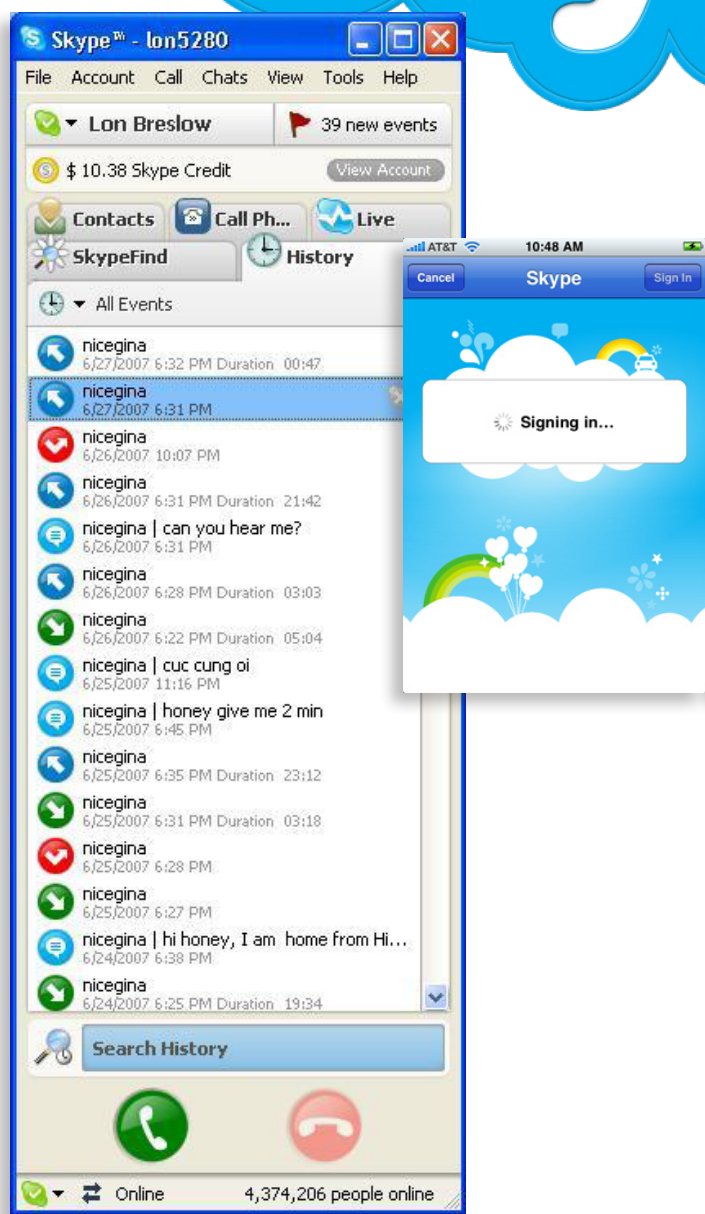
Para a utilização prática do programa Skype, a facilidade é enorme. Após a instalação, o primeiro passo é criar uma conta, com o login e a senha que permitem o acesso do usuário. Entre as funcionalidades que o software oferece, podem ser citados os serviços de vídeo por meio de uma *webcam*, a conversa em áudio, ou chamadas da internet, por meio de fones de ouvido e microfones, o chat entre pessoas do mundo inteiro e o próprio messenger exclusivo. As novidades que o Skype recentemente proporcionou para seus usuários foi a chamada de vídeo em grupo, onde até 10 pessoas podem interagir via webcam ao mesmo tempo, na mesma tela, e a integração com outra rede social, o Facebook. Essa última, inclusive, foi divulgada como a maior novidade para os “logados” do programa.

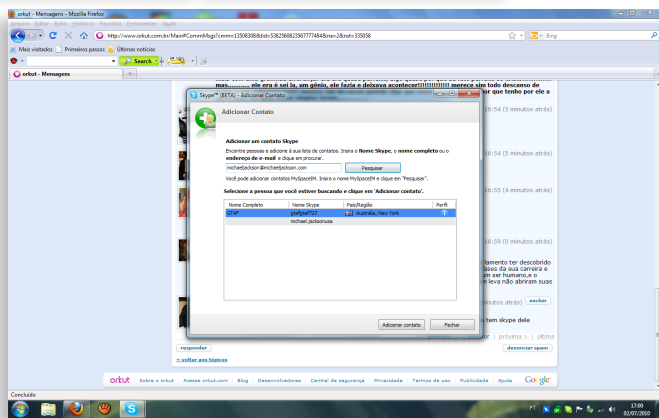
No Poder Judiciário, o manual de estratégia do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2010 sugere, entre as ações para alcance de metas neste ano, a presença de meios eletrônicos para uma viabilização mais rápida e segura de processos, videoconferências, etc. Entre as sugestões, a utilização do Messenger institucional, do VOIP, do próprio Skype, do Pandeon e do Sparkweb foram citadas.

Felipe do Valle, estagiário há quase dois anos de um dos gabinetes do Tribunal, contou como utiliza o Skype como ferramenta para quebrar a barreira da distância e conversar com sua namorada, que estuda e trabalha do outro lado do

planeta. Há mais ou menos nove meses, ele ficou sabendo que ela iria estudar e trabalhar fora do país. Descendente de japoneses, ela escolheu a língua japonesa como curso e decidiu morar fora para poder interagir mais com o povo e a cultura do Japão. “Foi um baque enorme, eu não soube o que fazer na época, achei que ia perder a namorada (risos). Com o Skype, posso ter o contato não suficiente, mas necessário para que tanto eu quanto ela possamos matar, nem que seja um pouquinho, a nossa saudade um pelo outro”, diz Felipe.

O outro lado da moeda – ao ser questionado sobre a





existência de casos do uso do programa para fins ilícitos, Felipe disse que “é lamentável, mas existe. É preciso ser maduro para poder compartilhar do Skype sem denegrir a própria imagem e a de quem está do outro lado da câmera”. Pessoas do mundo inteiro utilizam o programa para se conectarem e interagirem com entes queridos, namorados, maridos, colegas de trabalhos e qualquer pessoa que esteja distante e precise ser contactada. É um meio de comunicação fácil de ser usado e, por isso, também tem seus perigos.

Em 2009, na Pensilvânia, Estados Unidos, um homem foi

condenado à prisão perpétua por ter utilizado o Skype para conhecer menores de idade, marcar encontros e molestá-los. Ele chegou a agredir fortemente uma delas e espancá-la até a morte. Em seu depoimento, exaltou a facilidade do Skype para conectar-se com essas crianças e adolescentes e disse que tudo isso aconteceu porque eles não teriam idade adequada para se adaptarem aos perigos do programa. Estavam na rede sem nenhum acompanhamento dos pais.

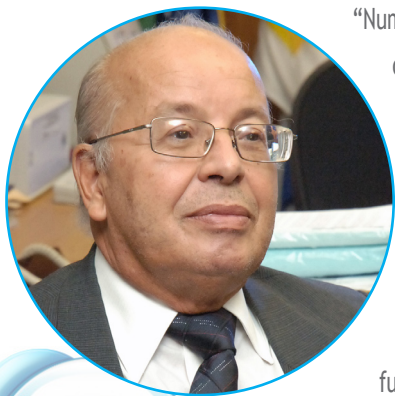
Para a educadora Rafaela Simão Pontes, professora de uma escola particular do DF, “não só crianças estão sujeitas a esse tipo de situação. Todo e qualquer cidadão que utiliza a internet e o Skype para se comunicar, precisa se educar primeiro e passar isso adiante. No caso de pais de adolescentes e crianças, o necessário é restringir o acesso de seus filhos ou monitorar sempre que eles estiverem no computador, pois nem todos estão cientes do perigo que um simples clique, uma simples conversa pode trazer. A criação de uma senha de acesso ao próprio computador pode ser um facilitador desse monitoramento”.

“Os crimes mais usuais na rede incluem o envio de *e-mails* com pedidos de atualização de dados bancários e senhas (phishing). Muitos crimes na internet estão associados ao abuso sexual infantil, envolvendo a prostituição e a divulgação de fotos pornográficas de menores”, esclarece o magistrado do TRF/ 1.ª Região, Tourinho Neto, especialista na área criminal.

Segundo Tourinho, os crimes virtuais são os cometidos por meio eletrônico, e o seu crescimento é geométrico, em face da universalização da internet. E segue destacando: “são características do crime virtual a transnacionalidade (abrange todos os países), ser crime de massa e a ubiquidade (pode estar em vários lugares ao mesmo tempo, no setor público e no setor privado)”.

A grande dificuldade na investigação dos crimes praticados por meio da internet é a inexistência de legislação específica para a própria Internet. Assim, é preciso usar as leis do Código Penal, de 1941, e o Código Civil de 2002.

“Há um projeto de lei em curso. O Projeto de Lei 84/99, que tipifica os crimes cometidos pela internet; está em debate na Câmara Federal. De autoria do ex-deputado Luiz Piauhyllino, a proposta ficou conhecida como Lei Azeredo, em referência ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que elaborou substitutivo à matéria no Senado. Na ausência de uma legislação específica para crimes eletrônicos, os juízes estão enfrentando e punindo internautas, *crakers* e *hackers* que utilizam a rede mundial de computadores como instru-



“Num mundo cada vez mais virtual, o crime virtual cresce. Hoje, temos os cibercriminosos. Vários crimes são praticados no espaço cibernético: pedofilia (o Orkut é um meio mais utilizado nesse tipo de crime); crimes contra honra, furto, estelionato, extorsão, etc.

No Brasil, os cinco maiores grupos dessa criminalidade são: *silver lords*, *brazil hackers sabotage*, *prime suspectriz*, *ttijo* e demônios. A criminalidade cresce assustadoramente no mundo virtual, merecendo do Estado maior atenção, maior especialização para o combate dessa espécie de crime. Precisamos de leis, delegacias, promotorias e juízos específicos,” afirma Tourinho Neto.

mento para a prática de crimes”, pontuou o magistrado.

Algumas pessoas, quando vítimas, ainda não sabem como recorrer de um suposto crime virtual. Tourinho explica que “os crimes virtuais são punidos da mesma maneira que quando ocorridos no mundo real. Nas localidades em que não houver delegacias especializadas, deve-se fazer a comunicação, apresentar a “queixa” (queixa em sentido amplo), dar a *noticia criminis* em qualquer delegacia. Avisar ao banco – a depender da natureza do crime – e à administradora do cartão de crédito”.

Para Tourinho Neto, a internet, além de ser um meio para prática de crimes próprios, aqueles que só podem ser cometidos na rede, também é um instrumento para prática de crimes que estão capitulados no Código Penal. Ele cita furto, estelionato, extorsão e pedofilia como exemplos, dizendo que alguns deles podem ser sigilosos.

Quanto aos cuidados necessários que os internautas devem ter diante dos perigos que a rede oferece, o magistrado

indica alguns: “Tenha sempre antivírus, *firewall* e *spyware* instalados em seu computador, não abra *e-mails* duvidosos, de pessoas desconhecidas, nem arquivos de boleto, principalmente se você não comprou nada pela internet, não responda *e-mails* de bancos solicitando dados cadastrais. Tenha sempre cuidado ao enviar *e-mails*, veja se o endereço está correto, tome o máximo cuidado com determinados *sites*, não abra todo e qualquer *site*”, alertou.

Aos pais o magistrado orientou: “A fim de fiscalizar o uso do computador pelos seus filhos, pelas suas crianças, coloque o computador visível, que possa ser observado, e não divulgue informações pessoais em redes sociais.”

Para a pedagoga Rafaela, hoje o crime acontece dentro de casa, a criança tem acesso a qualquer sítio da internet com apenas um clique. No caso do Skype, às vezes a criança ou o adolescente não tem noção de que ali ele pode encontrar pessoas de má índole que querem cometer atos de infração virtual sem nenhum pudor. Com a criança dentro de casa, o pai e a mãe ficam menos preocupados com os perigos da rua, como assalto e sequestro, mas o não monitoramento do que e com quem seu filho interage na internet pode trazer consequências muito maiores”, alerta.

A Polícia Civil do DF lançou cartilha com dicas e orientações para a prevenção dos crimes cibernéticos planejados, executados e difundidos no ambiente virtual, elaborada pela Divisão de Repressão aos Crimes de Alta Tecnologia (DICAT). Além disso, a cartilha fornece orientações de como as pessoas devem agir ao fazer compras virtuais, informar dados pessoais, documentos e, ainda, confirmar a compra das mercadorias pela rede.

Também são destacados no texto acesso a *links*, mensagens, comunidades virtuais ou até mesmo instituições bancárias, que geralmente são alvo de fraude por parte dos internautas. Os perigos da navegação e a necessidade de monitorar crianças e adolescentes durante o acesso a sítios e páginas de conteúdo inadequado também são temas abordados pela cartilha, que pode ser encontrada em: www.pcdf.df.gov.br. ■



O PERIGO DA WEBCAM: Quanto mais o tempo passa, mais se torna fácil adquirir produtos de tecnologia baratos e de boa qualidade. No Skype, a *webcam* é um componente muito utilizado. Mas o uso desse *hardware* não é só benéfico. Muitos dos crimes de pedofilia praticados pela internet envolvem esse dispositivo. É importante que pais de crianças e adolescentes fiquem atentos à má utilização da câmera. A erotização virtual é prática – fácil de produzir e mais fácil ainda de ser veiculada. Um frame, uma foto, uma gravação, um ato não pensado é o bastante para que a exposição seja feita e, assim, atraindo curiosos ou criminosos, pode tomar dimensões gigantescas, de âmbito mundial, ficando muito difícil, depois, contornar a situação.

CJF ACATA SOLICITAÇÃO DO TRF/1.ª REGIÃO PARA AUMENTAR QUANTIDADE DE TURMAS RECURSAIS E JUÍZES FEDERAIS

Após analisar minuta encaminhada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) contendo proposta de anteprojeto de lei com o objetivo de dotar as turmas recursais (segunda instância) dos juizados especiais federais de estrutura própria, o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, constatou que a proposta não atendia à realidade do Tribunal.

Dessa forma, Olindo Menezes encaminhou ao ministro Ari Pargendler, presidente do CJF, contraproposta ao anteprojeto solicitando ampliação da quantidade de turmas recursais de 20 para 25, com 75 cargos de juízes federais para a 1.ª Região, no que foi prontamente atendido. No entender do presidente do TRF, “um dos entraves a prestação jurisdicional célere é a disparidade na relação juiz por habitante” existente na 1.ª Região.

Pesou a favor do TRF a incorporação de 94 novas varas federais, decorrentes da Lei 12.101/2009 e da Resolução CJF 102/2010. A partir da entrada em atividade dessas varas, o quadro tende a se agravar, já que, concluídas suas instalações, o número de juizados especiais federais (JEFs) na 1.ª Região mais que dobrará, passando dos atuais 71 para 149 varas dessa competência. Em consequência, o aumento da demanda nos juizados repercutirá nas turmas recursais.

Assim, o Colegiado do CJF aprovou no dia 25 de novembro, o texto do anteprojeto contemplando a solicitação do presidente Olindo Menezes. Agora o projeto propõe a criação de um total de 225 cargos de juiz federal e 75 turmas recursais – 36 a mais do que o quantitativo atual, que é de 39 turmas.



MAGISTRADOS RECEBEM MEDALHA DO MÉRITO ELEITORAL DO PARÁ

No dia 5 de novembro, o presidente Olindo Menezes, o desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, e o juiz federal da Seção Judiciária do Pará, Daniel Santos Rocha Sobral, receberam a Medalha do Mérito Eleitoral do Pará, em solenidade ocorrida no Boulevard de Feiras e Exposições, na Estação das Docas, em Belém. A Medalha do Mérito Eleitoral foi criada pela Resolução 4.839, aprovada em fevereiro deste ano. Para o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, João Maroja, a comenda “vem para ressaltar o empenho daqueles que lutam pelo exercício da cidadania e pelo processo democrático paraense e brasileiro”.

TRIBUNAL PROMOVE SEMANA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

A Semana de Desenvolvimento Gerencial do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região teve início no dia 29 de novembro. O evento ocorreu no Salão Nobre e destinou-se aos servidores do TRF ocupantes de funções gerenciais de CJ-01, CJ-02 e CJ-03 (foto). A Semana, que constituiu o primeiro módulo do Programa de Desenvolvimento Gerencial da Justiça Federal, ficou a cargo da Fundação Dom Cabral e abordou assuntos como liderança, o novo paradigma do gestor público, o planejamento e gestão estratégica no Poder Judiciário, gestão orçamentária e financeira no Setor Público, negociação no ambiente profissional e gestão da comunicação.

A primeira palestra do evento foi proferida por Paulo Roberto Villamarim, representante da Fundação Dom

Cabral. Na ocasião, Paulo falou também da importância de haver, dentro das instituições, as figuras do líder e do gerente, uma vez que são complementares.

A semana gerencial foi encerrada no dia 6 de dezembro.





A esperança em 10 ml

QUANTO MAIS
DOADORES, MAIS
FÁCIL É ENCONTRAR
COMPATIBILIDADE

PAULA ODA

Em 2009 o Hemocentro recebeu 71.678 doadores de sangue no DF. No ano de 2010, nos meses de janeiro a outubro, 60.658. Hoje o sangue doado é separado em componentes, assim um doador pode ajudar até quatro pessoas. Dos 450 ml de sangue, quantidade máxima coletada, podem-se retirar três componentes: glóbulos brancos, glóbulos vermelhos e plaquetas. O primeiro tem função defensora, o segundo transporta o oxigênio dos pulmões para as células e o gás carbônico das células para os pulmões, e o terceiro faz parte do sistema de coagulação. Esses componentes são enviados aos hospitais, não havendo limite de quantidade por hospital e por paciente.

Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil são 75 hemocentros, recebendo doadores de segunda a sábado, das 7 às 18 horas. No Distrito Federal, em média seis pessoas doam sangue todos os meses, tendo um acréscimo de doações no mês de janeiro e um decréscimo no mês de setembro. O Hemocentro de Brasília ressalta a importância das campanhas realizadas por instituições parceiras para mobilizar pessoas a doar sangue, como acontece no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região desde a sua instalação, em março de 1989.

No começo, o projeto do TRF para doar sangue surgiu com a mobilização dos servidores, sempre que colegas de trabalho, familiares ou amigos necessitavam. Ao observar a demanda de participantes, a Secretaria de Programas e Benefícios Sociais (Secbe) criou, em 1997, o Cadastro de Doadores de Sangue com o objetivo de estimular esse ato

solidário. Com a mesma intenção, em fevereiro de 2010, foi lançado o Projeto Doe Sangue, Doe Vida, sob a coordenação dos setores de serviço social do Tribunal e da Seção Judiciária do DF.

Nessa primeira edição da campanha, as pessoas tiveram a oportunidade também de se cadastrar no Registro de Doadores de Medula Óssea do Instituto Nacional do Câncer (Inca). Oitenta e cinco voluntários doaram sangue, e 30 se inscreveram para fazer parte do registro de doadores de medula óssea. Números considerados baixos já que o corpo funcional conta com 1.153 servidores, 820 prestadores de serviço e 364 estagiários, de acordo com dados da Divisão de Cadastro de Pessoal (Dicap), da Divisão de Elaboração e Acompanhamento de Contratos (Diac) e da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh). Segundo a encarregada do Setor de Serviço Social do Tribunal, Ângela Paes, gerenciadora do projeto Doe Sangue, Doe Vida, "A ideia de incluir o cadastro de doadores de medula óssea foi do Hemocentro de Brasília, e o TRF/ 1.ª Região apoia as propostas que beneficiem a sociedade."

No dia 2 de dezembro aconteceu a segunda etapa desse projeto. O principal parceiro da campanha, o Hemocentro, assim como da última vez, enviou uma unidade móvel para o Tribunal com instalações apropriadas para a coleta de sangue e registro de doadores de medula voluntários.

O Registro de Doadores Voluntários de Medula Óssea, Redome, é um banco de dados mantido pelo Instituto Nacional do Câncer, Inca. Ele foi criado em 1993, na Funda-

ção Pró-Sangue, em São Paulo. Em 1998 o Inca assumiu a gerência, quando surgiu a necessidade de ter informações dos doadores de todo Brasil e, desde então, foi firmada a parceria com o Hemocentro, prevista na portaria GM/MS n.º 3.535, de 1998, do Ministério da Saúde.

Hoje são, segundo o Inca, 20.239 possíveis doadores de medula no DF e 1,8 milhões no Brasil, tornando o país o terceiro maior banco de dados do gênero no mundo, sendo que o primeiro é os Estados Unidos, com pouco mais de 5 milhões, e o segundo, a Alemanha, com 3 milhões. No ano 2000, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional do Câncer, havia apenas doze mil doadores em todo o país. O órgão acredita que a evolução do número de doadores deveu-se aos investimentos e campanhas de sensibilização promovidas pelo Ministério da Saúde e por órgãos vinculados. No período de 2000 a 2009, o SUS investiu R\$ 673 milhões na identificação de doadores de medula óssea.

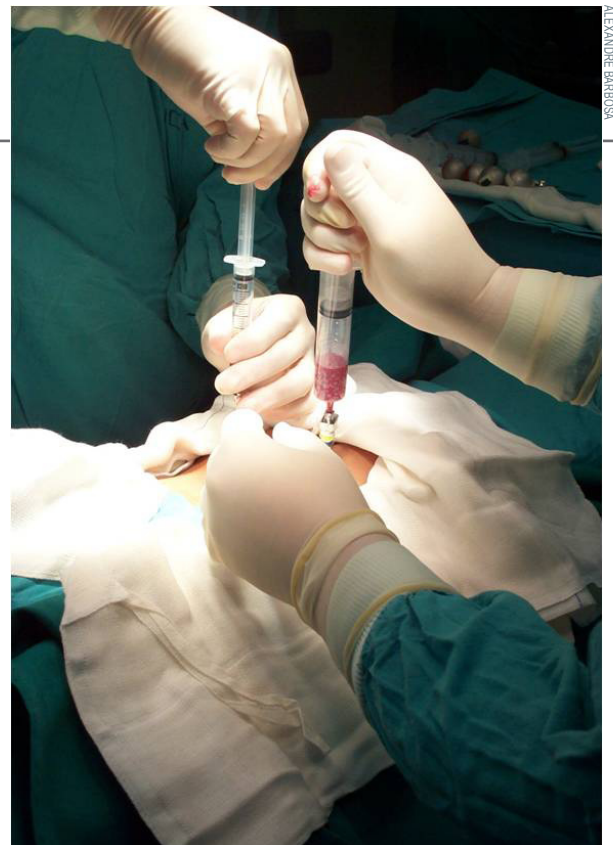
Tamanho investimento se deve à importância de, cada vez mais, possíveis doadores se cadastrarem no Redome, multiplicando as chances de salvar a vida de centenas de pessoas que esperam na fila por uma medula óssea saudável e compatível. Segundo o Inca, 1.200 brasileiros esperam por uma medula óssea compatível.

Para fazer parte do registro de possíveis doadores é necessário ter entre 18 e 55 anos incompletos, ir ao Hemocentro da sua cidade ou aos postos conveniados com o Inca (www.inca.gov.br), preencher informações sobre seu histórico de saúde e dados cadastrais que possibilitem localizar o possível doador futuramente. Além disso, serão coletados 10 ml de sangue para que sejam feitos exames que demonstram as suas características genéticas. Os dados do possível doador serão inseridos no cadastro do Redome automaticamente e, sempre que surgir um novo paciente, a compatibilidade será verificada. Uma vez confirmada, o doador será consultado para decidir quanto à doação.

Infelizmente são poucos os que conseguem passar por esse processo. Estima-se que, no Brasil, a chance de encontrar um doador compatível é de um para cada cem mil pessoas, sendo que as chances aumentam consideravelmente em doações entre irmãos. Especialistas relacionam essa dificuldade à diversidade racial do país, por isso é necessário um número grande de possíveis doadores para a busca ter sucesso. Com esse intuito, o Brasil fez parcerias,

Mas afinal, o que é MEDULA ÓSSEA?

SEGUNDO O INCA, É UM TECIDO LÍQUIDO-GELATINOSO QUE OCUPA O INTERIOR DOS OSSOS, SENDO CONHECIDO POPULARMENTE POR “TUTANO”. NA MEDULA ÓSSEA SÃO PRODUZIDOS COMPONENTES DO SANGUE VITAIS PARA O HOMEM: GLÓBULOS VERMELHOS, GLÓBULOS BRANCOS E PLAQUETAS.



Remoção da medula óssea do doador

como a assinatura do convênio entre o Instituto Nacional de Câncer, a Fundação do Câncer e o National Marrow Donor Program, dos Estados Unidos, que permitiu que os doadores do Redome ficassem disponíveis para buscas internacionais.

Segundo a declaração do secretário de Atenção à Saúde Alberto Beltrame, do Ministério da Saúde, publicada no sítio eletrônico do Inca: “No Brasil, 45% das buscas por um doador ocorrem em registros estrangeiros. Se quase metade das buscas para pacientes brasileiros dependem de doadores internacionais, precisamos ter uma relação de reciprocidade com outros países”, avalia. No ano passado, o Ministério da Saúde investiu R\$ 5,5 milhões em buscas internacionais. Em média, cada busca custa R\$ 50 mil para o Governo, incluindo custos de exames de compatibilidade

e vinda do material para o país.

Pela dificuldade de se encontrar um doador e para ajudar o paciente a lidar com o medo que a doença gera é fundamental um acompanhamento psicológico, conforme considera a integrante do corpo clínico de psicólogos do Hospital Santa Lúcia de Brasília, Cristiane Castelo Branco. Ela defende que o acompanhamento de um profissional da área é necessário desde o diagnóstico até a adaptação pós-transplante. “O paciente fica debilitado, cria um trauma e se ele não for tratado pode prejudicar o sistema imunológico do seu organismo, o que nessas horas não pode acontecer. Além disso, o paciente vai precisar lidar com as privações que a doença traz e com o temor de o doador compatível não chegar.”

Segundo o médico e doutor Alexandre Barbosa, especialista em transplante de medula óssea, a cirurgia de retirada da medula é feita por meio de punções. Esse processo é feito em centro cirúrgico sob anestesia geral, e em menos de 24h o doador já pode voltar à sua rotina normal. Já o transplante é feito por doses e transfusão, como a doação de sangue. Normalmente é recomendado o transplante de medula óssea nos casos de mieloma múltiplo, câncer que se desenvolve na medula óssea; linfoma de Hodgkin e linfoma não Hodgkin, tipos de câncer que se desenvolvem nos lin-

fonodos, responsáveis pela proteção do organismo; anemia aplástica; anemia falciforme; hemoglobinúria paroxística noturna; além de outras indicações experimentais, como lúpus, diabetes, esclerose múltipla, doença de Chron.

Exemplo da dificuldade é o caso de Bruno Bukvic, 23 anos, genro da diretora da Secretaria de Controle Interno do TRF/ 1.ª Região, Ionice Ribeiro. Em março de 2006, prestes a se formar em engenharia mecânica na UnB, aprovado no concurso para engenheiro da Petrobras, Bruno iniciou os exames médicos admissionais, nos quais descobriu que estava com leucemia linfática aguda. Bruno passou por sessões de quimioterapia de intensidades diferentes, procurou um doador de medula óssea e não encontrou um compatível. Campanhas foram feitas no DF e no Brasil, mas o doador não apareceu. “Durante as campanhas foi possível observar o total desconhecimento das pessoas acerca desse assunto, que, muitas vezes com medo do procedimento, desistiam de se cadastrar”, diz Ionice Ribeiro. A diretora da Secretaria de Controle Interno lembra: “No dia 30 de junho de 2006, após longo sofrimento e longa espera pela medula, que não veio, Bruno partiu para sempre. Deixou a saudade, mas, também, a esperança de que a doação de medula óssea pode salvar vidas. Por isso, quanto mais doadores registrados, maiores as chances de vida.”

Acre

Centro de Hemoterapia e Hematologia do Acre – (Hemoacre)
Av. Getúlio Vargas, n.º 2787 – Bairro: Vila Ivonete – Rio Branco
CEP: 69.914-500
Telefone: (68) 3228-1494

Amapá

Centro de Hemoterapia e Hematologia do Amapá – HEMOAP
Av. Raimundo Álvares da Costa, s/n.º – Centro – Macapá
CEP: 68.908-170
Telefone: (96) 3212-6139

Amazonas

Centro de Hemoterapia e Hematologia do Amazonas (Hemoam)
Av. Constantino Nery, 4397 – Bairro: Chapada – Manaus
CEP: 69.055-002
Telefone: (92) 3655-0100

Bahia

Centro de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (Hemoba)
Av. Vasco da Gama, s/n.º – Bairro: Rio Vermelho – Salvador
CEP: 40.240-090
Telefone: (71) 3116-5600 / 3116-5661

Brasília

Setor Médico Hospitalar Norte, quadra 3, conjunto A, bloco 3, próximo ao HRAN, no início da Asa Norte.
Telefone: 160 ou (61) 3327-4424.

Goiás

Centro de Hemoterapia e Hematologia de Goiás – HEMOG
Av. Anhanguera, 5195 – Setor Coimbra – Goiânia
CEP: 74.535-010
Telefone: (62) 3201-4570

Maranhão

Centro de Hematologia e Hemoterapia do Maranhão (Hemomar)
Rua 5 de Janeiro, 166 – Bairro: Jordoa – São Luís
CEP: 65.040-450
Telefone: (98) 3216-1100 / 0800-280-6565

Mato Grosso

HEMOMAT Centro de Hemoterapia e Hematologia de Mato Grosso
Rua 13 de junho, n.º 1055 – Bairro: Porto – Centro – Cuiabá
CEP: 78.005-100
Telefone: (65) 3321-0044

Mina Gerais

Fundação Hemominas
Alameda Ezequiel Dias, 321 – Centro – Belo Horizonte
CEP: 30.130-110
Telefone: (31) 3248-4500

Doar medula óssea não dói

Entrevista com o especialista Alexandre Barbosa

ARQUIVO PESSOAL

1) Qual seria o melhor doador?

O melhor doador é o mais compatível. Habitualmente irmão do mesmo pai e mesma mãe. Mas algumas vezes o paciente não tem irmão compatível, por isso deve ser feita a busca de alguma outra pessoa.

2) Quando um possível doador é encontrado, que exames precisam ser feitos?

Exames mais refinados de compatibilidade são realizados, por meio de técnicas moleculares de DNA, assim como exames de sorologia para avaliar se o doador pode transmitir doenças para o receptor.

3) O procedimento de retirar a medula óssea e transplantar é doloroso?

Habitualmente, não. As múltiplas aspirações de medula óssea são feitas sob anestesia geral, e o doador não sente normalmente nada durante o procedimento de captação, eventualmente algum desconforto leve no pós-operatório, perfeitamente tratado com analgésicos comuns.

4) Em quanto tempo o doador pode voltar a sua rotina normal?

Normalmente o doador permanece menos de 24 horas no hospital.

5) Quantas vezes uma pessoa pode doar a medula óssea? Com que frequência o transplante pode ser feito?

Não há limite, pois a medula pode se reconstituir. Teoricamente, todo mês, mas isso raramente acontece.

6) Qual a quantidade de medula óssea que é doada ao receptor?

O volume de sangue de medula óssea a ser retirado é de 10 a

15 ml por Kg de peso do receptor. O volume deve ser maior se o doador não for do mesmo grupo sanguíneo do receptor, pois nesse caso o sangue deve ser processado antes de ser infundido no receptor.

7) Qual o primeiro passo para o transplante de medula óssea?

O primeiro passo é a avaliação para ver se o paciente é candidato ao procedimento, se o benefício do transplante compensa o risco de morbidade e mortalidade inerente ao procedimento. Existem pacientes que não podem se submeter ao transplante de medula devido à idade muito avançada, presença de comprometimento de órgãos como coração, pulmão, o que aumenta o risco de morte relacionado ao procedimento de transplante. Algumas vezes a doença tem indicação de tratamento com o transplante, mas o paciente não é candidato devido a sua condição clínica. O procedimento de transplante exige uma condição clínica mínima.

8) Qual o tempo de duração do procedimento do transplante?

É variável. Leva em média de 15 a 60 dias.

9) A chance de rejeição é de quantos por cento?

Depende do tipo de transplante e do tipo de rejeição. A rejeição da medula em relação ao receptor (doença do enxerto contra o hospedeiro) pode ocorrer em até cerca de 30% dos casos, sendo raríssima se o doador for irmão gêmeo do receptor, habitual se o doador for irmão, frequente quando o doador não for aparentado e muito intensa quando o doador for haploidêntico (mãe ou pai doando para o filho, por exemplo). ■



Palmas

CEP: 77.030-010
Telefone: (63) 3218-3285

Pará

Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – (Hemopa)
Trav. Padre Eutiquio, n.º 2109 – Bairro: Batista Campos – Belém
CEP: 66.033-000
Telefone: (91) 3242-9100 / 3242-9300

Piauí

Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí – (Hemopi)
Rua 1.º de Maio, 235 – Centro – Teresina
CEP: 64.001-430
Telefone: (86) 3221-4927 / 3221-4989
Fax: (86) 221-7600

Rondônia

Centro de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia (Hemeron)
Rua Benedito de Souza Brito – Bairro: Setor Industrial – Porto Velho
CEP: 76.821-080
Telefone: (69) 3216-5489

Roraima

Av. Brg. Eduardo Gomes, 3418 – Bairro: Campos do Paricarana – Boa Vista /RR
CEP: 69304-650
Telefone: (95) 2121-0859/ 2121-0860

Tocantins

Centro de Hemoterapia e Hematologia de Tocantins (Hemoto)
Quadra 301 Norte – Conj. 2, Lt.1



Madeira e EXPRESSÃO

▼ ADRIANA DE CASTRO

Filho de artista renomado internacionalmente, Krishnamurti cresceu sempre em contato com as esculturas do pai, aumentando desde cedo a paixão pela arte. Em 1971, fez sua primeira escultura em pedra-sabão, estilizada e sacra. O artista faz arte também em madeiras variadas.

Em 2002 participou da Mostra Internacional de Artes em Milão, na Itália, e já vendeu seus trabalhos nos EUA, Bélgica, Holanda, Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Rússia, entre outros países, por meio do incentivo das embaixadas. No período de 15 a 26 de novembro, expôs pela segunda vez no Tribunal.

Atualmente, o artista conta com mais de seis mil peças de sua autoria, de tamanhos que variam de 30cm a 2m de altura. Krishnamurti é presidente fundador da Associação Cultural de Artistas de Anápolis. É considerado um artista inovador e procura dar a seus trabalhos o expressionismo necessário, aperfeiçoando-os cada vez mais. Telefone de contato – (062) 33191013 Anápolis/GO ■



Obras de madeira expressam criatividade do artista



Subseção Judiciária de Juiz de Fora é pioneira na apuração de diferenças pretéritas, em ações revisionais que envolvem a extinta RFFS/A

A Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFS/A) foi criada pela Lei 3.115/1957. Diversos diplomas legais editados posteriormente previram a igualdade permanente do valor recebido entre servidores ativos e inativos – paridade. Até o advento do Decreto-Lei 956/1969, tal benesse não era extensiva aos servidores contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Essa distorção foi corrigida com a Lei 8.186/1991. Em 28/06/2002 foi editada a Lei 10.478, estendendo a paridade aos ex-ferroviários admitidos até 21/05/1991.

A questão do recebimento de complementação por parte dos ex-ferroviários tem sido a principal alegação para extinção de inúmeros processos que tramitam na Justiça Federal.

Entretanto, tais ações revisionais são possíveis. Cita-se aqui o caso de autor de ação judicial que pleiteou a revisão pelos índices de ORTN/OTN, cuja RMI foi alterada de Cr\$94.140,24 para Cr\$103.641,85, originando o recebimento de diferenças pretéritas, as quais variaram de R\$52,86 a R\$76,81, relativas ao período de 01/2002 a 05/2005.

Porém, essas diferenças devem ser comparadas com o valor da complementação recebida, a qual foi reduzida de Cr\$182,08 para Cr\$46,42 entre o período de 01/2002 a 05/2005. Nessa mesma data faria jus a Cr\$76,81; ou seja, a diferença a que teria direito suplantou o valor da complementação, originando uma diferença de Cr\$30,39 (Cr\$76,81 – Cr\$46,42), por competência.

A redução citada anteriormente foi proveniente de reajustes mais significativos na parte previdenciária em relação ao valor da complementação. No período não prescrito, a parte previdenciária foi reajustada em 9,20%, 19,71%, 4,53%, 6,36%, 5,01% e 3,30%, além ter o acréscimo de 10,09% no valor da RMI. O valor da complementação foi reajustado somente em 05/2003 e 11/2006, respectivamente em 14,00% e 18,47% (R\$793,73/696,30 e R\$940,33/793,73).

Daí a insubsistência da sentença da Seção Judiciária de Minas Gerais que extinguiu o processo n.º 2004.38.00.724481-6, sem resolução de mérito, sob a alegação de que a não aplicação do índice integral no primeiro

reajuste foi economicamente suprida pela complementação recebida, que garante a percepção de proventos equivalentes ao mesmo salário pago a seus pares da ativa.

Nesse mesmo sentido o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região também extinguiu o processo¹, porém com a alegação de que somente a União teria interesse em pleitear a revisão.

E ainda a Egrégia 6.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região² concluiu ser indevido o pagamento de quaisquer diferenças pretéritas, uma vez que a execução se exaure com a simples alteração das proporções das parcelas de aposentadoria e complemento de aposentadoria, devidos pelo INSS e pela União.

O cenário acima delineado alterou-se radicalmente, a partir de 2005, na Subseção Judiciária de Juiz de Fora, por meio da Contadoria Judicial, que possibilitou a concretização dessas ações revisionais, a teor da sentença no processo n.º 2006.38.01.706868-1, que determinou a alteração do valor da RMI, da renda mensal, relativa à parte previdenciária, pagamento de atrasados no importe de R\$2.417,23 (dois mil e quatrocentos e dezessete reais e vinte e três centavos), e principalmente autorizou o poder público a reduzir o “acrécimo” decorrente desta revisão da “complementação” percebida pelo autor, até o limite desta última.

Portanto, diante das constatações aqui expostas, corroboradas por recentes decisões da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, a extinção dos processos que envolvem os ex-ferroviários, recebedores de complementação, torna-se desprovida de procedência, cabendo ser revista.

E, finalmente, conclui-se que, independentemente de se apurar diferenças pretéritas, deve-se revisar o benefício, aumentando-se o valor da parte previdenciária e reduzindo o valor da complementação, na mesma proporção, para eventuais reflexos futuros. ■

*Bacharel em Ciências Contábeis, pós-graduado em Direito Previdenciário, técnico judiciário e contador judicial da Subseção Judiciária de Juiz de Fora.
Contato: jonas.souza@mg.trf1.jus.br.

1 BRASIL. TRF5. AC n.º 396606/CE (2003.81.00026925-3). Quarta Turma. Apelante: União e Outros. Apelado: José Laurindo da Costa. Relator: Desembargador Federal Edilson Nobre. Recife, 8 de maio de 2007. DJ: 21.06.2007.

2 BRASIL. TRF4. AC: n.º 2002.70.09.000145-9/PR. Sexta Turma. Apelante: INSS. Apelado: Hamilton Fogaça. Relator: Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira. Porto Alegre, 6 de agosto de 2008. DJ: 29.09.2008.

DOAR SANGUE É UM GESTO SIMPLES



Arte: Hemocentro

450ml do seu sangue são o suficiente para salvar
outra vida. OTRF/ 1ª Região é doador nesta causa!

Procure a Fundação Hemocentro de
Brasília, de segunda a sábado, das 7h às 18h
e seja um doador você também!

Endereço:

Setor Médico Hospitalar Norte, quadra 3, conjunto A,
Bloco 3, próximo ao HRAN.

Telefone: (61) 3327-4413 ou Disque Saúde 160



Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br